



POLÍCIA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO 2018

NÍVEL SUPERIOR

**CARGO 13:
ESCRIVÃO DE
POLÍCIA FEDERAL**



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados referentes ao cargo ao qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
**"É o seu esforço contínuo e determinado que quebra a resistência e vence os obstáculos."
(Gabriel Granjeiro)**
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3** Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 64 3448-0100
www.cespe.unb.br | sac@cebraspe.org.br

Cespe

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisas em
Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas conforme a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADC = ação declaratória de constitucionalidade; ADPF = arguição de descumprimento de preceito fundamental; CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CNMP = Conselho Nacional do Ministério Público; CPC = Código de Processo Civil; MP = Ministério Público; MPDFT = Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; MPT = Ministério Público do Trabalho; MPU = Ministério Público da União; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

BLOCO I

Folha de São Paulo – 31/7/2018

1 A ministra Rosa Weber abrirá audiência pública no Supremo Tribunal Federal nesta sexta-feira (3) para discutir o delicado tema do aborto. Debates são sempre bem-vindos, ainda que por si sós

5 incapazes de dirimir a questão. Relatora de ação do PSOL contra os artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam a interrupção da gravidez por iniciativa ou autorização da mulher, a ministra reservou dois dias para o Supremo

10 ouvir argumentos contra e a favor de permitir o abortamento até a 12ª semana de gestação. A lei autoriza hoje a realização do procedimento apenas quando a gravidez resultar de estupro ou implicar risco para a vida da mãe, ou ainda em

15 caso de feto anencéfalo. O PSOL argui que a limitação viola direitos fundamentais das mulheres, em especial à autonomia e à integridade física e psíquica. Fato é que a mera criminalização não tem evitado

20 a ocorrência de abortos. Estima-se em cerca de 1 milhão a cifra anual de casos, sendo a minoria deles em conformidade com a legislação. Promovidos de modo clandestino, são feitos em condições precárias e não raro levam a complicações

25 graves. A cada ano, acontecem mais de 200 mil internações por esse motivo no Sistema Único de Saúde (SUS), ao custo aproximado de R\$ 50 milhões anuais. Mais que uma questão penal, trata-se de um caso

30 de saúde pública e, sim, dos direitos da gestante. Por tal motivo esta **Folha** defende que se descriminalize a interrupção da gravidez, em seus estágios iniciais, por decisão da mulher. Assim preconizam as leis em diversos países.

35 Claro que essa é uma intervenção extrema, até mesmo traumática, a qual se deve evitar por todos os meios disponíveis. Cabe ao Estado franquear acesso aos mais variados métodos anticoncepcionais – de preservativos a pílulas do dia seguinte

40 – e disseminar informação qualificada sobre seu uso. A defesa de tal ponto de vista não impede este jornal de assinalar que o tema do aborto está longe de suscitar consenso na sociedade brasileira. Sendo assim, seria recomendável submeter a

45 consulta popular uma eventual ampliação das condições em que se possa realizá-lo legalmente. O STF tampouco se afigura como via ideal para lograr a desejável providência. A questão envolve valores morais em conflito intenso, que não se

50 resolverá à luz exclusiva de preceitos constitucionais. Em jogo está a instituição de uma norma nova, mais que a interpretação das existentes. Tal atribuição é mais afeita ao Congresso, por menos que este se incline a cumpri-la.

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 Na linha 14, o verbo “implicar” aceita dupla regência, razão pela qual pode ser seguido pela preposição **em** ao reger o elemento “risco”.
- 2 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se empregasse o sinal grave indicativo de crase no “a” em “levam a complicações graves” (l. 24-25).
- 3 A partícula “se”, em “que se descriminalize a interrupção da gravidez” (l. 31-32), classifica-se como pronome passivador.

- 4 Na linha 34, o termo “as leis” complementa a forma verbal “preconizam”.
- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “à luz exclusiva de preceitos constitucionais” (l. 50) é facultativo, ou seja, a sua retirada não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.
- 6 Seria mantida a correção gramatical do texto caso a expressão “mais que” (l. 29) fosse substituída por **mais do que**.
- 7 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o período “A ministra Rosa Weber abrirá audiência pública no Supremo Tribunal Federal nesta sexta-feira (3) para discutir o delicado tema do aborto” (l. 1-3) fosse reescrito da seguinte forma: Para discutir o delicado tema do aborto a ministra Rosa Weber, nesta sexta-feira, abrirá audiência pública no Supremo Tribunal Federal.
- 8 Na linha 51, a inserção de uma vírgula imediatamente após a locução “Em jogo” mantém a correção gramatical.
- 1 Johnny tinha seis anos de idade e estava em companhia do pai quando este foi flagrado em excesso de velocidade. O pai entregou ao guarda, junto à sua carteira de habilitação, uma nota de vinte
- 5 dólares. “Está tudo bem, filho”, disse ele, quando voltaram à estrada. “Todo mundo faz isso.” Quando tinha oito anos, deixaram que ele assistisse a uma reunião de família, dirigida pelo tio George, sobre as maneiras mais seguras de sonegar
- 10 o imposto de renda. “Está tudo bem, garoto”, disse o tio. “Todo mundo faz isso.” Aos nove anos, a mãe levou-o pela primeira vez ao teatro. O bilheteiro não conseguiu arranjar lugares até que a mãe de Johnny lhe deu, por fora,
- 15 cinco dólares. “Está tudo bem, filho”, disse ela. “Todo mundo faz isso.” Com doze anos, ele quebrou os óculos a caminho da escola. A tia Francine convenceu a companhia de seguro de que eles haviam sido roubados e
- 20 recebeu uma indenização de 75 dólares. “Está tudo bem, garoto”, disse ela. “Todo mundo faz isso.” Aos quinze anos, foi escolhido para jogar como lateral-direito no time de futebol da escola. Os treinadores lhe ensinaram como interceptar e, ao
- 25 mesmo tempo, agarrar o adversário pela camisa, sem ser visto pelo juiz. “Tudo bem, garoto”, disse o treinador. “Todo mundo faz isso.” Aos dezesseis, arranjou seu primeiro emprego nas férias de verão, trabalhando num supermercado.
- 30 Seu trabalho: pôr os morangos maduros demais no fundo das caixas e os bons em cima, para ludibriar o freguês. “Tudo bem, garoto”, disse o gerente. “Todo mundo faz isso.” Já com dezoito anos, Johnny e um vizinho candidataram-se a uma bolsa de estudos. Johnny era
- 35 um estudante medíocre. O vizinho era um dos primeiros da classe, mas um fracasso como lateral-direito no time de futebol. Johnny ganhou a bolsa. “Está tudo bem, filho”, disseram os pais, “Todo mundo faz isso.” Johnny, flagrado colando, foi expulso da sala, e voltou para casa cabisbaixo. “Como você pôde fazer
- 40 isso com sua mãe e comigo?”, disse o pai. “Você nunca aprendeu essas coisas em casa.” O tio e a tia ficaram também chocados.
- 45 Se há uma coisa que o mundo adulto não pode tolerar é um garoto que cola nos exames...
- In: <https://marcelberdi.wordpress.com/2009/05/17/tudo-bem-filho-todo-mundo-faz-isso-jack-griffin/>. (Acesso em 25/07/2018).
- Julgue os itens a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto, do escritor norte-americano Jack Griffin, publicado no jornal **Chicago Sun Times**.
- 9 Embora se trate de um texto predominantemente dissertativo, ele possui características marcadamente descritivas.
- 10 Depreende-se, das ideias apresentadas no texto, que as pessoas transigem, na maioria das vezes, sem avaliar o resultado de suas ações.
- 11 Na linha 33, como a afirmação “*Todo mundo faz isso*” foi apresentada após a oração ‘**disse o gerente**’, é possível inferir que se trata apenas da ideia que foi apreendida por Johnny após ouvir a fala do gerente.
- 12 O texto evidencia a intenção do autor de criticar os familiares que não oferecem bons exemplos de comportamento ético às crianças.
- 13 Mantém-se a correção gramatical do texto caso se reescreva o trecho “pôr os morangos maduros demais no fundo das caixas e os bons em cima” (l. 30-31) como “*pôr morangos demais no fundo das caixas e deixar os frutos maduros por cima*”.
- 14 O pronome “isso”, que perpassa a totalidade das ideias apresentadas no texto, tem, por mecanismo de coesão das informações apresentadas, uma função anafórica.

- 15 O vocábulo “**ludibriar**” (l. 32) foi usado no texto com o sentido de “enganar, “desapontar”, “iludir”.
- 16 Evidenciando a compreensão da metáfora apresentada no texto, pode-se afirmar que o ditado popular que mais se aplica a ele é “*um exemplo vale mais que mil palavras*”.

Com relação a aspectos gerais de forma e de linguagem das comunicações oficiais, julgue os itens que se seguem, conforme o **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR).

- 17 *Aviso* e *ofício* são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares. Enquanto isso, o *memorando* é modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.
- 18 Visto que se trata de autoridades do poder público, o pronome de tratamento adequado para se referir a Ministros de Estado e a Governadores deve ser Vossa Excelência.
- 19 O documento conhecido como *comunicação interministerial* é aquele que se dirige a mais de um Ministro.
- 20 Ao apresentar uma medida provisória, o presidente da República deve apresentar tal medida mediante ofício, pois essa é uma exigência do princípio da publicidade das comunicações oficiais.

Os atos administrativos representam a manifestação da vontade da Administração Pública. Por esse motivo, são praticados com fundamento no direito público, possuindo características próprias. Sobre os atributos dos atos administrativos, julgue o item abaixo.

- 21 O atributo da tipicidade, segundo o qual a Administração Pública pratica, em regra, atos inominados, decorre do princípio da autonomia da vontade, desde que não haja proibição legal.

Sobre a organização administrativa, julgue o item.

- 22 O mecanismo de descentralização por colaboração das atividades da Administração Pública é conceituado como a criação de uma entidade, em que o poder central é repassado a ente personalizado, para que exerça a competência com autonomia em relação ao poder central.

Julgue a assertiva considerando aspectos do Direito Administrativo.

- 23 É certo que o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.

Quanto às regras impostas aos servidores públicos federais, consoante disposição da Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue.

- 24 O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País.
- 25 Situação hipotética: uma viatura do DPF colidiu com veículo estacionado corretamente em via pública. Foi constatado na perícia que o condutor agiu de forma prudente, sendo a causa do acidente determinada por falha mecânica no conjunto de freios. Assertiva: como não foi constatado dolo ou culpa do agente público, restará prejudicada a indenização ao particular, pois a responsabilidade objetiva exige, no mínimo, o elemento subjetivo culpa.

À luz das disposições constitucionais, e da jurisprudência do STF, julgue os itens.

- 26 Segundo entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, somente será permitido o uso de algemas diante da prática de crimes inafiançáveis.
- 27 Os partidos políticos, diante da autonomia que lhes foi assegurada pela Constituição, podem adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- 28 Diante do crescente aumento da criminalidade no país, o presidente da República, na condição de chefe de Estado, pode editar decretos com o objetivo de criar novos órgãos públicos encarregados da segurança pública.
- 29 A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

- 30 Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.
- 31 O inquérito policial é a forma mais comum de apuração das infrações penais. Se for necessária a atuação da polícia investigativa à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o delegado de polícia poderá, nos termos do CPP, requisitar, independentemente de autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- 32 Os crimes serão apurados mediante ação penal de natureza pública ou privada. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- 33 Nos termos do Código de Processo Penal, se o órgão do Ministério Público, em vez de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Procurador-Geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, não sendo o juiz obrigado a responder ao parecer do Procurador-Geral.
- 34 De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal do Justiça – STJ, as provas inicialmente produzidas na esfera inquisitorial e reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla defesa, não violam o art. 155 do Código de Processo Penal – CPP, visto que eventuais irregularidades ocorridas no inquérito não contaminam a ação penal dele decorrente.
- 35 Conforme orientação jurisprudencial do Superior Tribunal do Justiça – STJ, a prisão preventiva não é legítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resulte em constrição pessoal, por força do princípio da homogeneidade.
- Tendo como base as disposições previstas no Código Penal, na legislação extravagante, bem como posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, julgue os itens a seguir.
- 36 O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- 37 Em relação ao crime continuado ou permanente, em caso de sucessão de leis no tempo, será aplicada a lei vigente no momento da cessação da continuidade ou permanência.
- 38 A lei excepcional ou temporária será aplicada ao crime praticado durante sua vigência, ainda que lei posterior seja mais benéfica.
- 39 Em caso de *abolitio criminis* ou *novatio legis in melius*, a nova lei retroagirá para beneficiar o réu, salvo se já houver o trânsito em julgado de sentença penal **condenatória**.
- 40 Em caso de *abolitio criminis*, a lei penal retroagirá para beneficiar o réu e excluirá todos os efeitos penais e extrapenais da sentença penal condenatória.
- 41 Consideram-se hipótese de extraterritorialidade incondicionada os casos de crimes praticados no estrangeiro contra quem está a serviço da Administração Pública brasileira.
- Com base na Lei n. 7.102, de 1983, julgue os itens a seguir.
- 42 Determinada instituição financeira possui diversos caixas eletrônicos à disposição do público em várias cidades do Brasil. Em julho de 2018, um dos caixas eletrônicos instalado por essa instituição financeira, em uma cidade com 5.000 habitantes, foi arrombado por parte de assaltantes, que conseguiram levar o dinheiro depositado no interior do caixa eletrônico. Após o assalto, que ocasionou a morte de um vigilante e lesão corporal a um cliente do banco, foi realizada perícia, que constatou que o dinheiro depositado no interior do caixa eletrônico não foi inutilizado, uma vez que não havia tecnologia instalada para inutilizar as cédulas de moeda corrente. A instituição financeira alegou que a tecnologia não havia sido instalada em razão de não ser obrigada a fazê-la na data em que ocorrera o assalto. Nesse caso, a alegação da instituição financeira é improcedente, devendo ser aplicadas as penalidades estabelecidas na Lei n. 7.102, de 1983, por descumprimento da exigência de instalação de tecnologia que inutilizasse as cédulas de moeda corrente instaladas no interior do referido caixa eletrônico.

43 A instituição financeira XYZ pretende contratar empresa especializada na vigilância ostensiva e no transporte de valores. Nesse caso, deverão ser contratadas duas empresas, uma para cada tipo de serviço, uma vez que é vedada a execução dos serviços de vigilância e de transporte por uma mesma empresa.

Considerando a Lei n. 13.445, de 2017, julgue o item a seguir.

44 O estrangeiro que tiver pedido de extradição requerido poderá sofrer a extradição ainda que beneficiário de refúgio ou asilo territorial.

Nos termos da Lei n. 9.455/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências, e conforme jurisprudência dominante dos tribunais superiores, julgue o item abaixo.

45 É obrigatório que o condenado por crime de tortura inicie o cumprimento da pena no regime prisional fechado. O juiz, no momento da dosimetria da pena, deverá seguir as regras do art. 33 do Código Penal.

Julgue o item de acordo com a Lei n. 8.069/1990 e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

46 Fotografar cena e armazenar fotografia de criança ou adolescente em poses nitidamente sensuais, com enfoque em seus órgãos genitais, ainda que cobertos por peças de roupas, e incontroversa finalidade sexual e libidinoso adequam-se, respectivamente, aos tipos dos arts. 240 e 241-B do ECA.

47 O Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003) descreve, em seu art. 14, o crime de porte ilegal de arma, munição ou acessório de uso permitido. Esse crime, conforme interpreta a jurisprudência do STJ, é de perigo abstrato e de mera conduta, bastando, para sua caracterização, a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo desnecessária a realização de perícia.

De acordo com as definições básicas e axiomas em probabilidades – Os eventos aleatórios $A =$ “o policial é submetido a um treinamento intensivo para atuação de suas atividades” e $B =$ “o policial que não obtém bom desempenho durante as atividades é matriculado em um curso de aprimoramento” são representados, respectivamente, por $P(A)$ e $P(B)$. Os eventos complementares de A e B são denominados, respectivamente, C_A e C_B . Considerando que $P(A) = 0,4$ e que as probabilidades condicionais $P(B|C_A) = 0,3$ e $P(B|A) = 0,1$, julgue o item a seguir.

48 $P(A \cup B) > 0,6$.

A partir de um teste de hipótese, considere a situação abaixo.

De acordo com uma denúncia anônima, uma empresa estaria vendendo seus produtos com a capacidade alterada, ou seja, não estava conforme as especificações contidas no rótulo. A empresa informou às autoridades competentes que o conteúdo líquido das latas de seu produto é, em média, de 2.000 gramas, com desvio padrão de 40 gramas. A fiscalização de pesos e medidas investigou uma amostra aleatória de 64 latas, verificando média de 1990 gramas. Considerando que z crítico é igual a 1,64 em uma função de distribuição acumulada de uma distribuição normal padrão, e z é um desvio padronizado, julgue o item que se segue.

Considere:
$$z_e = \frac{X - \mu_0}{\frac{\sigma}{\sqrt{n}}}$$

49 Com o nível de significância de 5%, a empresa deverá ser multada por efetuar a venda abaixo dos valores especificados no rótulo.

A Polícia Federal atua no âmbito de interesses da União, a nível federal, e tem como objetivo a apuração de crimes e infrações penais cometidos contra a União e também suas empresas públicas. Também possui como missão a repressão ao tráfico de drogas em nível nacional, ao contrabando e ao descaminho. O órgão também é responsável por exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, ou seja, é o agente oficial em portos, aeroportos e postos de fronteiras com outros países. Dessa forma, em um dos seus departamentos, foi inserido um novo programa de denúncias quanto ao crime organizado, em que, para todo cidadão que recebe atendimento, é feito um cadastro da ocorrência para avaliação futura quanto à veracidade das informações, classificando como “procedente” ($Y = 1$) ou como “não procedente” ($Y = 0$), e as quantidades X , diárias, de ligações que chegam a ser finalizadas neste programa seguem uma distribuição de Poisson com média igual a 5. Conforme as especificações acima e considerando que $P(X) = \frac{\lambda^X e^{-\lambda}}{X!}$ e que $e^{-5} = 0,007$, julgue o item.

50 A probabilidade de serem recebidas 2 denúncias (ligações) por dia que sejam procedentes é superior a 8,5%.

Um departamento da Polícia Federal divulgou os dados apresentados na tabela a seguir, acerca dos números de ocorrências efetuadas (X) e ocorrências resolvidas (Y) em determinada região do Estado brasileiro, no período de janeiro a março de 2018.

ANO	NÚMEROS DE OCORRÊNCIAS	
	EFETUADAS	RESOLVIDAS
Janeiro	1000	100
Fevereiro	1250	300
Março	1500	500

Considerando as informações do texto, julgue o item subsequente.

- 51 O coeficiente de correlação linear entre X e Y é inferior a 0,8.

Uma amostra de vinte órgãos brasileiros responsáveis por licitações foi selecionada para que fosse verificada a quantidade média de denúncias de corrupção. A amostra foi estratificada por localização: capital (C) e interior (I). A quantidade média de órgãos nas capitais é igual a 10, ao passo que a quantidade média de órgãos nas cidades do interior é igual a 15.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 52 Se existem 50 órgãos na capital e 100 órgãos no interior, a alocação proporcional, nos estratos da amostra, será superior a 6 órgãos na capital e superior a 12 órgãos no interior.

Julgue os itens seguintes, relativos a lógica proposicional e à lógica de argumentação.

- 53 A sentença $((A \rightarrow B) \wedge \sim B) \rightarrow \sim A$ é uma tautologia.
- 54 Considere que, em uma reunião da ONU, há 5 franceses e 6 ingleses. Se X for o conjunto forma-

do pelos ingleses, e Y o conjunto formado pelos franceses, então o conjunto diferença $X \setminus Y$ terá exatamente um elemento.

Julgue os itens seguintes, relativos a problemas de contagem e probabilidade.

- 55 É inferior a 2.500 a quantidade de maneiras distintas que um grupo de 10 pessoas pode ser dividido em 3 grupos de 2, 3 e 5 pessoas.
- 56 Em uma caixa, há 10 bolas: 6 pretas iguais e 4 amarelas iguais. A quantidade de maneiras diferentes de se extraírem, uma a uma, as dez bolas da caixa é inferior a 220.
- 57 Um casal deseja ter seis filhos. A probabilidade de que esse casal tenha exatamente dois filhos homens é superior a 20%.



Considerando a proposição “Se Carlos não é servidor público, ele não passou no concurso”, julgue os itens seguintes.

- 58 A proposição considerada equivale à proposição “Se Carlos é servidor público, então passou no concurso”.
- 59 A negação da referida proposição pode ser expressa pela proposição “Carlos não é servidor público, mas ele passou no concurso”.
- 60 A proposição em apreço equivale à proposição “Carlos não passou no concurso ou ele é servidor”.

BLOCO II



- 61 A imagem abaixo apresenta um trecho de uma planilha que está sendo editada no Excel 2016, configuração padrão, português do Brasil. Os resultados apresentados, respectivamente, nas células C12 e C13, podem ter sido obtidos a partir das seguintes funções: em C12 =PROCV(C11;A2:C8;2;0) e em C13 =PROCV(C11;A2:C8;3;0).

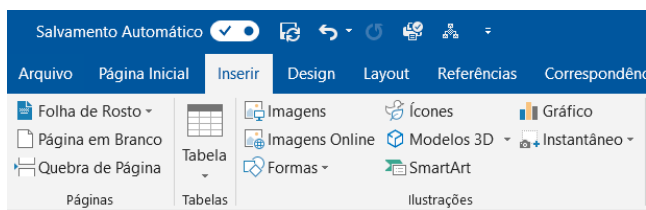
	A	B	C
1	CÓDIGO	DELEGACIA	TELEFONE
2	1	DPF1	61-3622-3636
3	2	DPF2	65-9623-2312
4	3	DPF3	21-3221-7898
5	4	DPF4	11-2121-8585
6	5	DPF5	37-8998-7878
7	6	DPF6	45-8658-9696
8	7	DPF7	48-4525-9636
9			
10			
11		CÓDIGO	2
12		DELEGACIA	DPF2
13		TELEFONE	65-9623-2312

- 62 No Windows 10, configuração padrão, português do Brasil, ao se clicar no botão  ou utilizar o atalho  +TAB, é possível, entre outras ações, “navegar” através das últimas atividades realizadas.
- 63 Jeferson Bogo, agente da Polícia Federal, deseja enviar uma mensagem assinada digitalmente para o seu delegado titular. Para assinar essa mensagem, Jeferson deve usar a chave privada do Delegado, o que garantirá a autenticidade, e, ao receber a mensagem assinada, o Delegado deve usar a sua chave pública, que irá conferir a Integridade, o Não Repúdio e a Autenticidade da mensagem.
- 64 Ao se editar um documento utilizando-se o BrOffice Writer, configuração padrão, em português do Brasil, para salvar esse documento no formato PDF, é suficiente realizar os seguintes procedimentos: clicar no menu Arquivo, em seguida na opção Sal-


var Como, escolher um nome válido para o arquivo na janela que é aberta e, na opção Tipo, o formato PDF. Por fim, deve-se clicar em Salvar.


65 Um professor, utilizando o BrOffice Calc, configuração padrão, em português do Brasil, deseja calcular, de acordo com a média final dos alunos, que estão na coluna C, o resultado final de acordo com a nota obtida: menor do que 5 – reprovado, maior ou igual a 5 e menor do que 7 – bom, maior ou igual a 7 e menor do que 9 – ótimo e maior ou igual a 9 – excelente. Para se obter o resultado pretendido, do aluno que está na célula C3, ele pode usar a função: =SE(C3<5;"REPROVADO";SE(C3<7;"BOM";SE(C3<9;"ÓTIMO";"EXCELENTE"))).

66 No editor de texto BrOffice Writer, configuração padrão, em português do Brasil, o ícone  permite ao usuário realizar apenas a correção ortográfica, e o ícone  permite localizar e substituir uma entrada no texto em edição.



Julgue os itens 67 e 68, acerca do Word 2016, considerando a figura acima, que ilustra parte da janela desse aplicativo.

67 Após clicar no botão  Quebra de Página, será, automaticamente, inserida uma nova página em branco, tornando possível que seja alterada a orientação dessa nova página sem afetar as anteriores.

68 Ao se clicar no botão  Tabela, entre outras opções, é possível inserir uma planilha do Excel diretamente no texto que está sendo editado, sendo permitido, nessa planilha, utilizar as funções do Excel para realizar cálculos.

69 Ao analisar o URL <http://www.pf.gov.br/>, é possível inferir que o domínio "pf.gov.br", pela sua estrutura, é um domínio registrado como um órgão do governo, por meio do Registro Br, que é vinculado ao Comitê Gestor da Internet, sendo este o órgão que controla a Internet no Brasil.

"... é uma mensagem que possui conteúdo alarmante ou falso e que, geralmente, tem como remetente, ou aponta como autora, alguma instituição, empresa importante ou órgão governamental. Por meio de uma

leitura minuciosa de seu conteúdo, normalmente, é possível identificar informações sem sentido e tentativas de golpes, como correntes e pirâmides."

70 O trecho anterior foi retirado de uma das cartilhas do CERT Br (<https://cartilha.cert.br/golpes/>) e diz respeito ao golpe de Phishing.

71 A mineração de dados é um processo que visa à análise de grandes quantidades de dados a fim de encontrar padrões e regras que possam ser usados para orientar a tomada de decisões e prevenir o comportamento futuro nas organizações.

72 A modelagem preditiva, uma das técnicas de análise de mineração de dados, revela semelhanças compartilhadas ou agrupamentos em dados históricos para determinar as razões por trás do sucesso ou fracasso, como a categorização de clientes por preferências por produtos ou emoções.

73 No processo de mineração de dados, modelos de regressão, redes neurais, árvores de decisão e máquinas de vetores de suporte são técnicas de modelagem prescritiva, que observam variáveis internas, externas e restrições para recomendar um ou mais cursos de ação.

74 O KDD (Knowledge-Discovery in Databases), um processo padrão da indústria para mineração de dados, utiliza métodos de DM para extrair o que é considerado conhecimento, usando uma base com qualquer pré-processamento necessário, subamostragem e transformação do banco de dados, executado em cinco etapas: seleção, pré-processamento, transformação, mineração e interpretação/avaliação.

75 **Situação hipotética:** Em uma organização pública, o analista de banco de dados precisa utilizar técnicas de mineração de dados de forma a identificar semelhanças compartilhadas ou agrupamentos em dados históricos para determinar as razões por trás do sucesso ou fracasso de algumas políticas públicas implementadas pelo órgão. **Assertiva:** Nessa situação, é recomendável a aplicação de modelagem descritiva, com técnicas de clustering e regras de associação.

76 O CRISP-DM (Cross-Industry Standard Process of Data Mining) é um processo que define e padroniza as fases e atividades da mineração de dados, consistindo em seis fases organizadas de maneira cíclica, com fluxo unidirecional entre elas.

77 Um atributo multivalorado é aquele que pode ser dividido em partes, isto é, outros atributos.

- 78** No modelo conceitual, as entidades são características observadas dos objetos do mundo real sobre os quais se deseja manter informações no banco de dados.
- 79** Chave primária é formada por um único atributo que permite identificar de maneira unívoca uma entidade em um conjunto de entidades.
- 80** Uma das atividades executadas na administração de dados é a padronização da nomenclatura/especificação dos objetos criados em um banco de dados.
- 81** Restrição de chave é aquela que verifica se uma chave primária pode ou não receber o valor NULL (nulo).
- 82** Não é possível implementar autorrelacionamentos em um banco de dados relacional.
- 83** Integridade referencial é a restrição que define que os valores dos campos que aparecem em uma chave estrangeira devem aparecer na chave primária da tabela referenciada.
- 84** Dados estruturados são dados mantidos por um SGBD e são organizados em relações. Já os dados não estruturados são aqueles que não possuem uma estrutura definida, por exemplo: vídeos da web.
- 85** Na modelagem de banco de dados, o modelo conceitual registra que dados podem aparecer no banco de dados, mas não registra como esses dados estão armazenados a nível de SGBD.
- 86** O modelo relacional de dados é o modelo de dados em que uma linha é chamada de tupla, um nome de coluna é chamado de atributo, e uma tabela é chamada de relação.
- 87** A chave estrangeira é o mecanismo que permite a implementação de relacionamentos em um banco de dados relacional, sendo uma coluna ou uma combinação de colunas cujos valores aparecem necessariamente na chave primária de uma tabela.
- 88** Para o desenvolvimento de um sistema de banco de dados, é feita, em sequência, a análise de requisitos, modelagem lógica, modelagem conceitual e, por último, é realizada a fase de projeto físico.
- Julgue os itens que se seguem acerca de aprendizado de máquina.
- 89** No aprendizado supervisionado, os dados de treinamento não possuem rótulos associados. A tarefa de conferir as saídas fica a cargo de um algoritmo supervisor.
- 90** Uma empresa deseja agrupar seus clientes de acordo com dados de consumo. As informações atualmente disponíveis são idade, sexo e produtos já adquiridos. Não se sabe a quantidade nem quais as características dos grupos a serem formados. Neste caso, é recomendável a utilização de um algoritmo não supervisionado, como o de clustering.
- Julgue os itens que se seguem acerca de redes de computadores.
- 91** Redes par a par, como a torrent, em que participantes se comunicam diretamente uns com os outros, têm como característica principal serem sistemas do tipo hierárquico.
- 92** Em relação à conexão, são chamadas de redes multiponto aquelas que conectam pares de máquinas, e ponto a ponto aquelas em que dois equipamentos ou mais compartilham o enlace.
- 93** Quanto à classificação, as redes, em relação à abrangência geográfica, podem ser: simplex, half-duplex e full-duplex.
- 94** A topologia física diz respeito a como os dados seguem dentro da rede.
- 95** Cabos de fibra ótica são mais utilizados em redes locais por alcançarem maiores distâncias e serem mais simples, flexíveis e baratos.
- 96** O protocolo UDP utiliza o mecanismo de estabelecimento de conexão conhecido como Three Way Handshake.

BLOCO III

- 97** Entre as formalidades extrínsecas exigidas dos livros contábeis, inclui-se a obrigatoriedade de se realizar a escrituração em idioma e em moedas nacionais.
- 98** O perdão de uma dívida e o recebimento de uma duplicata com juros representam fatos modificativos diminutivos.
- 99** As contas do ativo e as contas redutoras do passivo exigível e do patrimônio líquido aumentam seus saldos por meio de lançamentos a crédito e diminuem por lançamentos a débito, respectivamente.
- 100** Uma empresa cujo passivo exigível representa 50% do seu patrimônio líquido possui um ativo que representa 150% do passivo não exigível.

- 101** Ao adquirir material de escritório à vista, em dinheiro, a entidade terá seu patrimônio líquido reduzido pelo valor gasto na compra.
- 102** Um passivo é uma obrigação passada, resultante de um evento presente e que, provavelmente, demandará o sacrifício de recursos que incorporam benefícios econômicos.
- 103** A empresa ABC, promotora de eventos, está respondendo a um processo judicial em que está sendo demandada a pagar uma indenização de R\$ 50 mil a clientes que se sentiram lesados pelos serviços que lhes foram prestados. Ao final de 2017, o diretor jurídico da empresa ABC julga que é provável que a empresa perca a disputa e seja obrigada a pagar as indenizações pleiteadas. Considerando que o valor a desembolsar seja uma estimativa confiável, o procedimento contábil a ser adotado pela empresa ABC, neste caso, é a constituição de uma provisão e a sua divulgação em notas explicativas.
- 104** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser testados, quanto a sua recuperabilidade, somente quando houver indicação de que possam estar desvalorizados.
- 105** Ao debitar a conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa e creditar a conta duplicatas a receber, a entidade estará registrando a baixa de títulos incobráveis, cujo valor nominal total é inferior ou igual ao saldo provisionado para perdas estimadas.
- 106** Uma empresa adquiriu, por meio de arrendamento mercantil financeiro, um equipamento, cujo valor justo, na data da celebração do contrato de arrendamento, era igual a R\$ 300 mil. O valor presente dos pagamentos assumidos pela arrendatária, na data da celebração do contrato de arrendamento, era de R\$ 295 mil. Portanto, pode-se afirmar que o equipamento deverá ser contabilizado, no ativo da arrendatária, pelo valor de R\$ 295 mil, ao final do prazo contratual.
- 107** O ativo intangível é monetário, identificável e sem substância física.
- 108** O ativo intangível, nos termos do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, poderá ser mensurado pelos critérios do custo ou da reavaliação, quando legalmente permitida, neste último caso.
- 109** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida deverão ser amortizados com base na vida útil de ativos similares, devendo ser testados quanto a sua recuperabilidade, ainda que não haja indicação de sua desvalorização.
- 110** Os direitos decorrentes de empréstimos a diretores, e que não se constituam em negócios usuais da companhia na exploração do seu objeto, serão sempre classificados no ativo realizável a longo prazo.
- 111** O goodwill positivo apurado na aquisição de uma controlada deverá ser reconhecido em subconta do saldo da participação societária no balanço individual da investidora.
- 112** Os saldos existentes em resultados de exercícios futuros, em 31 de dezembro de 2008, foram obrigatoriamente reclassificados para o passivo não circulante, em conta de receita diferida, deduzida dos respectivos custos.
- 113** A documentação que compõe o arquivo da DPF é composta pelas informações colecionadas pelo órgão ao longo de sua existência. Tais documentos são acumulados pela instituição de diversas formas, destacando-se a compra, a doação e a permuta.
- 114** A documentação permanente acumulada pela DPF deverá ser recolhida ao Arquivo Nacional, uma vez que cabe a este armazenar e dar acesso à documentação permanente dos órgãos vinculados ao Poder Executivo Federal, de acordo com a legislação arquivística brasileira.
- 115** Segundo o princípio da proveniência, também chamado de princípio do respeito aos fundos, quando reunidos arquivos de entidades distintas em um mesmo local, como é o caso do Arquivo Nacional, tais arquivos não devem se misturar uns aos outros. Nessa situação, o arquivo de cada entidade constituirá o que chamamos, em Arquivologia, de fundo de arquivo.
- 116** A gestão de documentos, prevista na legislação arquivística brasileira, compreende o conjunto de atividades arquivísticas que visam o controle dos documentos da instituição, desde a sua criação até a destinação final. A implementação de um programa de gestão documental compreende três fases distintas: a produção, a experimentação e a movimentação.
- 117** A microfilmagem, técnica utilizada por diversos órgãos públicos no Brasil, permite a criação de cópias bastante reduzidas de documentos, em película fotográfica. Tem como grande vantagem

a economia de espaço na guarda de documentos temporários, uma vez que permite a eliminação dos documentos originais, sem perda de validade jurídica, o que não é conseguido por meio da digitalização de documentos.

- 118** O plano de classificação, instrumento utilizado para a organização dos documentos em um arquivo, é criado a partir do levantamento das atividades da instituição de forma hierarquizada, em que, para cada atividade/assunto, é atribuído um código numérico. Esse código será anotado em cada documento quando de sua entrada na instituição, de forma que a ordenação será feita a partir desses códigos. Para fins de padronização, o plano de classificação arquivístico é comum a todas as instituições públicas brasileiras.
- 119** A preservação pressupõe diversas atividades visando à manutenção da integridade física dos documentos. No caso de documentos em meio digital, recomenda-se a manutenção das mídias digitais em ambientes climatizados, mantendo os documentos nas mídias originais pelo tempo que for necessário. A atualização para outras mídias não é recomendada, pois altera a originalidade dos documentos.
- 120** A tabela de temporalidade, instrumento resultante do processo de avaliação documental, define os prazos de guarda e a destinação final dos documentos. A aplicação desse instrumento tem como resultado o ganho de espaço nos arquivos e a economia de recursos na guarda dos documentos. Para os documentos digitais, não há necessidade de aplicação da tabela de temporalidade, uma vez que não ocupam espaço nos arquivos.

**MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA (MESP)
POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
EDITAL Nº 1 – DGP/PF, DE 14 DE JUNHO DE 2018**

Aplicação: 2018

Cargo 13: Escrivão de Polícia Federal

Gabarito

Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C	C	C	E	E
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	E	C	E	E	E	E	E	C	C	E	C	E	C	C	C	C	C	E	E
Questão	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	E	C	C	C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	E	C	C
Questão	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	C	C	E	E	C	E	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	E	E	C
Questão	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	E	C	C	C	C	C	E	E	C	E	E	E	E	E	E	E	C	C	E
Questão	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E	E	E	C	C	E	C	E	E	E

BLOCO I

Folha de São Paulo – 31/7/2018

- 1 A ministra Rosa Weber abrirá audiência pública no Supremo Tribunal Federal nesta sexta-feira (3) para discutir o delicado tema do aborto. Debates são sempre bem-vindos, ainda que por si sós incapazes de dirimir a questão.
- 5 Relatora de ação do PSOL contra os artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam a interrupção da gravidez por iniciativa ou autorização da mulher, a ministra reservou dois dias para o Supremo ouvir argumentos contra e a favor de permitir o abortamento até a 12ª semana de gestação.
- 10 A lei autoriza hoje a realização do procedimento apenas quando a gravidez resultar de estupro ou implicar risco para a vida da mãe, ou ainda em caso de feto anencéfalo. O PSOL argui que a limitação viola direitos fundamentais das mulheres, em especial à autonomia e à integridade física e psíquica.
- 15 Fato é que a mera criminalização não tem evitado a ocorrência de abortos. Estima-se em cerca de 1 milhão a cifra anual de casos, sendo a minoria deles em conformidade com a legislação.
- 20 Promovidos de modo clandestino, são feitos em condições precárias e não raro levam a complicações graves. A cada ano, acontecem mais de 200 mil internações por esse motivo no Sistema Único de Saúde (SUS), ao custo aproximado de R\$ 50 milhões anuais.
- 25 Mais que uma questão penal, trata-se de um caso de saúde pública e, sim, dos direitos da gestante. Por tal motivo esta **Folha** defende que se descriminalize a interrupção da gravidez, em seus estágios iniciais, por decisão da mulher. Assim precinizam as leis em diversos países.
- 30 Claro que essa é uma intervenção extrema, até mesmo traumática, a qual se deve evitar por todos os meios disponíveis. Cabe ao Estado franquear acesso aos mais variados métodos anticoncepcionais – de preservativos a pílulas do dia seguinte – e disseminar informação qualificada sobre seu uso.
- 35 A defesa de tal ponto de vista não impede este jornal de assinalar que o tema do aborto está longe de suscitar consenso na sociedade brasileira. Sendo assim, seria recomendável submeter a consulta popular uma eventual ampliação das condições em que se possa realizá-lo legalmente.
- 40 O STF tampouco se afigura como via ideal para lograr a desejável providência. A questão envolve valores morais em conflito intenso, que não se resolverá à luz exclusiva de preceitos constitucionais. Em jogo está a instituição de uma norma nova, mais que a interpretação das existentes. Tal atribuição é mais afeita ao Congresso, por menos que este se incline a cumpri-la.
- 45
- 50

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 Na linha 14, o verbo “implicar” aceita dupla regência, razão pela qual pode ser seguido pela preposição **em** ao reger o elemento “risco”.

Errado.

Temos aqui uma abordagem sobre regência verbal. O examinador afirma que o verbo “implicar” possui dupla regência. Você me pergunta: professor, o que é um verbo de dupla regência? É aquele que pode ser utilizado com ou sem preposição. Exemplo: Cunha renunciou **à** presidência da Câmara **ou** Cunha renunciou **a** presidência da Câmara. O verbo “renunciar” (no sentido de “abrir mão de”) pode ser empregado com ou sem preposição. Já o verbo “implicar” (no sentido de “acarretar”) é transitivo direto, ou seja, não pede preposição. Observe a base teórica abaixo.

***IMPLICAR**: no sentido “de acarretar” é transitivo direto.

Exemplo:

O não pagamento implica multa.

Observação: o verbo implicar (no sentido de acarretar) tem sido bastante empregado com a preposição “em”. Ressalte-se que esse emprego contraria a norma culta da língua portuguesa.

Exemplo:

Conhecer a Deus implica **em** amar ao próximo e cuidar da natureza. (construção incorreta)

Conhecer a Deus implica amar ao próximo e cuidar da natureza. (construção correta)

- 2 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se empregasse o sinal grave indicativo de crase no “a” em “levam a complicações graves” (l. 24-25).

Certo.

Caro aluno, o sinal indicativo de crase pode marcar a fusão de preposição “a” + artigo “a(s)”. No trecho “levam a complicações graves”, é proibido o acento grave, porque o vocábulo “a” é apenas preposição.

- 3 A partícula “se”, em “que se descriminalize a interrupção da gravidez” (l. 31-32), classifica-se como pronome apassivador.

Certo.

Você sabe que o examinador do CESPE cobra com frequência as funções da palavra “se”, sobretudo a partícula apassivadora e o índice de indeterminação do sujeito. Então, fique ligado nessas duas funções. No trecho “que se descriminalize a interrupção da

gravidez”, observe que o termo “a interrupção da gravidez” é o sujeito passivo da forma verbal transitiva direta “descriminalize”. Dessa forma, o pronome “se” é partícula apassivadora.

- 4 Na linha 34, o termo “as leis” complementa a forma verbal “preconizam”.

Errado.

Em “Assim preconizam as leis em diversos países”, o termo “as leis” é o sujeito da forma verbal “preconizam”. Você sabe que a ordem direta da sintaxe da língua portuguesa é: sujeito + verbo + objeto. Isso nos leva a classificar, em razão da internalização, o termo que vem depois do verbo como objeto. Cuidado! Há construções em que o sujeito vem depois do verbo. A fim de que você não classifique como objeto o sujeito posposto ao verbo, oriento-o a procurar primeiramente o sujeito da oração.

- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “à luz exclusiva de preceitos constitucionais” (l. 50) é facultativo, ou seja, a sua retirada não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.

Errado.

No trecho “à luz exclusiva de preceitos constitucionais”, o termo “à luz de” é uma locução prepositiva feminina. Lembre-se: o uso do sinal indicativo de crase nas locuções prepositivas femininas é obrigatório. Exemplos: À procura da felicidade / À espera de um milagre.

- 6 Seria mantida a correção gramatical do texto caso a expressão “mais que” (l. 29) fosse substituída por **mais do que**.

Certo.

Do que – que

Para unir elementos de uma comparação, pode-se empregar indiferentemente **do que** ou **que**.

Exemplos:

Na sala de aula, existiam mais mulheres **do que** homens.

Na sala de aula, existiam mais mulheres **que** homem.

- 7 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o período “A ministra Rosa Weber abrirá audiência pública no Supremo Tribunal Federal nesta sexta-feira (3) para discutir o delicado tema do aborto” (l. 1-3) fosse reescrito da seguinte forma: Para discutir o delicado tema do aborto a ministra Rosa Weber, nesta sexta-feira, abrirá audiência pública no Supremo Tribunal Federal.

Errado.

Temos aqui um item de reescrita. Sempre digo para meus alunos o seguinte: neste tipo de abordagem, façam, em primeiro lugar, a revisão gramatical do trecho proposto, pois, se achar um erro, não precisará comparar o texto original com o texto proposto. Atenção! Os erros mais recorrentes neste tipo de abordagem são: concordância, pontuação, regência, crase, colocação pronominal. Vamos agora à análise gramatical da reescrita proposta! Caro aluno, observe que o examinador deslocou, para o início do período, a oração adverbial “para discutir o delicado tema do aborto”. Em razão da topicalização desta oração, faz-se necessário o emprego da vírgula imediatamente após “aborto”.

- 8 Na linha 51, a inserção de uma vírgula imediatamente após a locução “Em jogo” mantém a correção gramatical.

Certo.

A vírgula imediatamente após “Em jogo” preserva a correção gramatical, visto que isola adjunto adverbial deslocado.

- 1 Johnny tinha seis anos de idade e estava em companhia do pai quando este foi flagrado em excesso de velocidade. O pai entregou ao guarda, junto à sua carteira de habilitação, uma nota de vinte
- 5 dólares. “Está tudo bem, filho”, disse ele, quando voltaram à estrada. “Todo mundo faz isso.” Quando tinha oito anos, deixaram que ele assistisse a uma reunião de família, dirigida pelo tio George, sobre as maneiras mais seguras de sonegar o imposto de renda. “Está tudo bem, garoto”, disse o tio. “Todo mundo faz isso.”
- 10 Aos nove anos, a mãe levou-o pela primeira vez ao teatro. O bilheteiro não conseguiu arranjar lugares até que a mãe de Johnny lhe deu, por fora, cinco dólares. “Está tudo bem, filho”, disse ela. “Todo mundo faz isso.”
- 15 Com doze anos, ele quebrou os óculos a caminho da escola. A tia Francine convenceu a companhia de seguro de que eles haviam sido roubados e recebeu uma indenização de 75 dólares. “Está tudo bem, garoto”, disse ela. “Todo mundo faz isso.”
- 20 Aos quinze anos, foi escolhido para jogar como lateral-direito no time de futebol da escola. Os treinadores lhe ensinaram como interceptar e, ao
- 25 mesmo tempo, agarrar o adversário pela camisa, sem ser visto pelo juiz. “Tudo bem, garoto”, disse o treinador. “Todo mundo faz isso.”
- Aos dezesseis, arranhou seu primeiro emprego nas férias de verão, trabalhando num supermercado.
- 30 Seu trabalho: pôr os morangos maduros demais no fundo das caixas e os bons em cima, para ludibriar o freguês. “Tudo bem, garoto”, disse o gerente. “Todo mundo faz isso.”

35 Já com dezoito anos, Johnny e um vizinho candidataram-se a uma bolsa de estudos. Johnny era um estudante medíocre. O vizinho era um dos primeiros da classe, mas um fracasso como lateral-direito no time de futebol.

40 Johnny ganhou a bolsa. “Está tudo bem, filho”, disseram os pais, “Todo mundo faz isso.” Johnny, flagrado colando, foi expulso da sala, e voltou para casa cabisbaixo. “Como você pôde fazer isso com sua mãe e comigo?”, disse o pai. “Você nunca aprendeu essas coisas em casa.” O tio e a

45 tia ficaram também chocados.

Se há uma coisa que o mundo adulto não pode tolerar é um garoto que cola nos exames...

In: <https://marcelberdi.wordpress.com/2009/05/17/tudo-bem-filho-todo-mundo-faz-isso-jack-griffin/>. (Acesso em 25/07/2018).

Julgue os itens a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto, do escritor norte-americano Jack Griffin, publicado no jornal **Chicago Sun Times**.

- 9 Embora se trate de um texto predominantemente dissertativo, ele possui características marcadamente descritivas.

Errado.

Trata-se de uma narrativa alegórica, que transmite uma mensagem indireta ao leitor, por meio de uma analogia.

- 10 Depreende-se, das ideias apresentadas no texto, que as pessoas transigem, na maioria das vezes, sem avaliar o resultado de suas ações.

Certo.

Essa é informação mais importante do texto e que serve de pretexto para a inserção (implícita) do ensinamento que se quer transmitir.

- 11 Na linha 33, como a afirmação “*Todo mundo faz isso*” foi apresentada após a oração ‘**disse o gerente**’, é possível inferir que se trata apenas da ideia que foi apreendida por Johnny após ouvir a fala do gerente.

Errado.

A ideia apresentada no texto permite entender que se trata da continuação da fala do gerente, a qual foi apenas plasmada no texto de forma pouco usual. Observe que tal forma, embora pouco comum, é absolutamente pertinente ao texto em que se insere.

- 12 O texto evidencia a intenção do autor de criticar os familiares que não oferecem bons exemplos de comportamento ético às crianças.

Errado.

Esse texto não tem como objetivo a crítica, mas, sim, o ensinamento – o qual poderá fazer com que situações negativas, como as apresentadas, sejam cada vez menos frequentes na sociedade.

- 13 Mantém-se a correção gramatical do texto caso se reescreva o trecho “pôr os morangos maduros demais no fundo das caixas e os bons em cima” (l. 30-31) como “*pôr morangos demais no fundo das caixas e deixar os frutos maduros por cima*”.

Certo.

A assertiva pede apenas a correção gramatical e, por isso, mesmo que se perceba a drástica mudança de sentido, é necessário que se atenha ao fato de que gramaticalmente a proposta de reescrita obedece às prescrições da gramática.

- 14 O pronome “isso”, que perpassa a totalidade das ideias apresentadas no texto, tem, por mecanismo de coesão das informações apresentadas, uma função anafórica.

Certo.

Em todos os usos que se fez do pronome “isso” no texto, ele teve a função *anafórica* de retomar e resumir a ação apontada no fragmento anterior.

- 15 O vocábulo “**ludibriar**” (l. 32) foi usado no texto com o sentido de “enganar, “desapontar”, “iludir”.

Errado.

No contexto, o vocábulo “**ludibriar**” foi usado com o sentido de “enganar” e de “iludir”, mas não de “desapontar” o freguês.

- 16 Evidenciando a compreensão da metáfora apresentada no texto, pode-se afirmar que o ditado popular que mais se aplica a ele é “*um exemplo vale mais que mil palavras*”.

Certo.

A metáfora apresentada no texto traz uma informação implícita que pode ser traduzida pelo ditado popular “*um exemplo vale mais que mil palavras*”.

Com relação a aspectos gerais de forma e de linguagem das comunicações oficiais, julgue os itens que se seguem, conforme o **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR).

- 17 *Aviso* e *ofício* são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. Ambos têm como

finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares. Enquanto isso, o *memorando* é modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

Certo.

Embora o ofício e o aviso sejam documentos muito semelhantes, eles apresentam uma diferença: o aviso serve para a comunicação de assuntos oficiais apenas entre Ministros de Estado. Enquanto, de fato, o memorando se trata de uma comunicação interna entre interlocutores que podem ou não ter a mesma hierarquia. Portanto, o item está correto.

- 18 Visto que se trata de autoridades do poder público, o pronome de tratamento adequado para se referir a Ministros de Estado e a Governadores deve ser Vossa Excelência.

Certo.

Segundo o MRPR, o pronome de tratamento segue a tradição secular. Nesse caso, Vossa Excelência é de uso consagrado para as seguintes autoridades:

a) do Poder Executivo:

Presidente da República;

Vice-Presidente da República;

Ministros de Estado;

Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal;

Oficiais-Generais das Forças Armadas;

Embaixadores;

Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial;

Secretários de Estado dos Governos Estaduais;

Prefeitos Municipais.

b) do Poder Legislativo:

Deputados Federais e Senadores;

Ministros do Tribunal de Contas da União;

Deputados Estaduais e Distritais;

Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais;

Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.

c) do Poder Judiciário:

Ministros dos Tribunais Superiores;

Membros de Tribunais;

Juizes;

Audidores da Justiça Militar.

Portanto, essa alternativa está correta.

- 19 O documento conhecido como *comunicação interministerial* é aquele que se dirige a mais de um Ministro.

Errado.

A Exposição de Motivos é um documento destinado ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente por um Ministro de Estado. E esse expediente poderá ser denominado comunicação interministerial quando for assinado por mais de um Ministro. Dessa forma, a questão está errada.

- 20 Ao apresentar uma medida provisória, o presidente da República deve apresentar tal medida mediante ofício, pois essa é uma exigência do princípio da publicidade das comunicações oficiais.

Errado.

Para encaminhamento de medida provisória, o documento adequado será a mensagem. Lembre-se de que a mensagem é usada pelo Chefe do Poder Executivo para se comunicar oficialmente com representantes do Poder Legislativo.

Os atos administrativos representam a manifestação da vontade da Administração Pública. Por esse motivo, são praticados com fundamento no direito público, possuindo características próprias. Sobre os atributos dos atos administrativos, julgue o item abaixo.

- 21 O atributo da tipicidade, segundo o qual a Administração Pública pratica, em regra, atos inominados, decorre do princípio da autonomia da vontade, desde que não haja proibição legal.

Errado.

O atributo da tipicidade veda a prática de atos inominados, ou seja, ato sem previsão legal.

Sobre a organização administrativa, julgue o item.

- 22 O mecanismo de descentralização por colaboração das atividades da Administração Pública é conceituado como a criação de uma entidade, em que o poder central é repassado a ente personalizado, para que exerça a competência com autonomia em relação ao poder central.

Errado.

Na descentralização por colaboração, o Estado transfere a execução de serviço para particulares (concessionário, permissionário ou autorizatário de serviços públicos).

Julgue a assertiva considerando aspectos do Direito Administrativo.

- 23 É certo que o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A responsabilidade administra-

tiva do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.

Certo.

As responsabilidades administrativa e cível serão afastadas quando ocorrer absolvição criminal por negativa de fato ou de autoria.

Quanto às regras impostas aos servidores públicos federais, consoante disposição da Lei n. 8.112/1990, julgue o item que se segue.

- 24** O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País.

Errado.

A participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País ocorre com remuneração.

- 25** Situação hipotética: uma viatura do DPF colidiu com veículo estacionado corretamente em via pública. Foi constatado na perícia que o condutor agiu de forma prudente, sendo a causa do acidente determinada por falha mecânica no conjunto de freios. Assertiva: como não foi constatado dolo ou culpa do agente público, restará prejudicada a indenização ao particular, pois a responsabilidade objetiva exige, no mínimo, o elemento subjetivo culpa.

Errado.

A responsabilidade objetiva independe da ocorrência de dolo ou culpa do agente causador do dano.

À luz das disposições constitucionais, e da jurisprudência do STF, julgue os itens.

- 26** Segundo entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, somente será permitido o uso de algemas diante da prática de crimes inafiançáveis.

Errado.

Nos termos da Súmula Vinculante 11, “só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”.

- 27** Os partidos políticos, diante da autonomia que lhes foi assegurada pela Constituição, podem adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Errado.

Na verdade, é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e seu funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Art. 17, § 1º)

- 28** Diante do crescente aumento da criminalidade no país, o presidente da República, na condição de chefe de Estado, pode editar decretos com o objetivo de criar novos órgãos públicos encarregados da segurança pública.

Errado.

Nos termos do inciso VI do artigo 84, o presidente da condição de chefe de governo pode dispor, mediante decreto, sobre:

- a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (*Incluída pela Emenda Constitucional n. 32, de 2001*)
b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

- 29** A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

Certo.

Esse é o teor literal do inciso I do § 1º do artigo 144.

- 30** Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por

lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Certo.

Conforme previsão contida no § 7º do artigo 225, com a redação dada Emenda Constitucional n. 96/2017.

- 31** O inquérito policial é a forma mais comum de apuração das infrações penais. Se for necessária a atuação da polícia investigativa à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o delegado de polícia poderá, nos termos do CPP, requisitar, independentemente de autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

Errado.

A diligência depende de autorização judicial, nos termos do CPP – **Art. 13-B**. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

- 32** Os crimes serão apurados mediante ação penal de natureza pública ou privada. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Certo.

É o que descreve o CPP – **Art. 24**. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

- 33** Nos termos do Código de Processo Penal, se o órgão do Ministério Público, em vez de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Procurador-Geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no

pedido de arquivamento, não sendo o juiz obrigado a responder ao parecer do Procurador-Geral.

Errado.

O juiz é obrigado a atender a manifestação por arquivamento do Procurador-Geral, nos termos do CPP, **Art. 28**. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Procurador-Geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

- 34** De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal do Justiça – STJ, as provas inicialmente produzidas na esfera inquisitorial e reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla defesa, não violam o art. 155 do Código de Processo Penal – CPP, visto que eventuais irregularidades ocorridas no inquérito não contaminam a ação penal dele decorrente.

Certo.

STJ – Jurisprudência em teses – Edição 105 de 2018 – tese n. 1) As provas inicialmente produzidas na esfera inquisitorial e reexaminadas na instrução criminal, com observância do contraditório e da ampla defesa, não violam o art. 155 do Código de Processo Penal – CPP, visto que eventuais irregularidades ocorridas no inquérito não contaminam a ação penal dele decorrente.

- 35** Conforme orientação jurisprudencial do Superior Tribunal do Justiça – STJ, a prisão preventiva não é legítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resulte em constrição pessoal, por força do princípio da homogeneidade.

Certo.

STJ – Jurisprudência em teses – Edição 105 de 2018, tese n. 7 – A prisão preventiva não é legítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resulte em constrição pessoal, por força do princípio da homogeneidade.

Tendo como base as disposições previstas no Código Penal, na legislação extravagante, bem como posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, julgue os itens a seguir.

- 36** O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

Certo.

O enunciado está de acordo com a Súmula 599 do STJ, que assim dispõe: “O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública”. (Súmula 599, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017)

- 37 Em relação ao crime continuado ou permanente, em caso de sucessão de leis no tempo, será aplicada a lei vigente no momento da cessação da continuidade ou permanência.

Certo.

Conforme Súmula 711 do STF, a lei penal mais grave será aplicada ao crime continuado ou permanente se sua vigência for anterior à cessação da continuidade ou permanência. Caso a lei vigente no momento da cessação da continuidade ou permanência seja mais branda, ela será aplicada. Com isso, a lei aplicada será a vigente no momento da cessação da continuidade ou permanência.

- 38 A lei excepcional ou temporária será aplicada ao crime praticado durante sua vigência, ainda que lei posterior seja mais benéfica.

Certo.

O artigo 2º, parágrafo único, do Código Penal apregoa que a *lex mitior* (lei benéfica) terá força retroativa. No entanto, o artigo 3º do Código Penal traz uma exceção a essa regra ao determinar que a lei excepcional ou temporária será aplicada ao crime praticado durante sua vigência.

- 39 Em caso de *abolitio criminis* ou *novatio legis in mellius*, a nova lei retroagirá para beneficiar o réu, salvo se já houver o trânsito em julgado de sentença penal **condenatória**.

Errado.

A *abolitio criminis* ou a *novatio legis in mellius* terá força retroativa ainda que a condenação já tenha transitado em julgado, ou seja, será aplicada durante a execução da pena.

- 40 Em caso de *abolitio criminis*, a lei penal retroagirá para beneficiar o réu e excluirá todos os efeitos penais e extrapenais da sentença penal condenatória.

Errado.

Conforme artigo 2º do Código Penal, a *abolitio criminis* faz cessar apenas os efeitos penais da sentença condenatória.

- 41 Consideram-se hipótese de extraterritorialidade incondicionada os casos de crimes praticados no

estrangeiro contra quem está a serviço da Administração Pública brasileira.

Errado.

A hipótese de extraterritorialidade incondicionada prevista no artigo 7º, I, c, do Código Penal define que se aplica a lei brasileira ao crime ocorrido no estrangeiro, desde que seja um crime contra a Administração Pública praticado por quem está a seu serviço, e não o crime praticado contra quem está a serviço.

Com base na Lei n. 7.102, de 1983, julgue os itens a seguir.

- 42 Determinada instituição financeira possui diversos caixas eletrônicos à disposição do público em várias cidades do Brasil. Em julho de 2018, um dos caixas eletrônicos instalado por essa instituição financeira, em uma cidade com 5.000 habitantes, foi arrombado por parte de assaltantes, que conseguiram levar o dinheiro depositado no interior do caixa eletrônico. Após o assalto, que ocasionou a morte de um vigilante e lesão corporal a um cliente do banco, foi realizada perícia, que constatou que o dinheiro depositado no interior do caixa eletrônico não foi inutilizado, uma vez que não havia tecnologia instalada para inutilizar as cédulas de moeda corrente. A instituição financeira alegou que a tecnologia não havia sido instalada em razão de não ser obrigada a fazê-la na data em que ocorrera o assalto. Nesse caso, a alegação da instituição financeira é im procedente, devendo ser aplicadas as penalidades estabelecidas na Lei n. 7.102, de 1983, por descumprimento da exigência de instalação de tecnologia que inutilizasse as cédulas de moeda corrente instaladas no interior do referido caixa eletrônico.

Errado.

Considerando a data de promulgação da lei que estabeleceu a previsão de instalação da referida tecnologia e a data do fato, a instituição financeira realmente não necessitava instalar o dispositivo, de modo que não descumpriu a referida legislação. Artigo 2º-A, § 4º, I, da Lei n. 7.102, de 1983.

- 43 A instituição financeira XYZ pretende contratar empresa especializada na vigilância ostensiva e no transporte de valores. Nesse caso, deverão ser contratadas duas empresas, uma para cada tipo de serviço, uma vez que é vedada a execução dos serviços de vigilância e de transporte por uma mesma empresa.

Errado.

É possível contratar uma única empresa. Artigo 10, § 1º, da Lei n. 7.102, de 1983.

Considerando a Lei n. 13.445, de 2017, julgue o item a seguir.

- 44 O estrangeiro que tiver pedido de extradição requerido poderá sofrer a extradição ainda que beneficiário de refúgio ou asilo territorial.

Errado.

Trata-se de uma hipótese de vedação à extradição. Artigo 82, IX, da Lei n. 13.445, de 2017.

Nos termos da Lei n. 9.455/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências, e conforme jurisprudência dominante dos tribunais superiores, julgue o item abaixo.

- 45 É obrigatório que o condenado por crime de tortura inicie o cumprimento da pena no regime prisional fechado. O juiz, no momento da dosimetria da pena, deverá seguir as regras do art. 33 do Código Penal.

Errado.

Crimes hediondos são crimes que o legislador considerou especialmente repulsivos e que, por essa razão, recebem tratamento penal e processual penal mais gravoso que os demais delitos. A CF/1988 menciona que os crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, não definindo, contudo, quais são os delitos hediondos. O tráfico de drogas, a tortura e o terrorismo não são crimes hediondos. Estes três delitos (TTT) são equiparados (assemelhados) pela CF/88 a crimes hediondos. Em outras palavras, não são crimes hediondos, mas devem receber o mesmo tratamento penal e processual penal mais rigoroso que é reservado aos delitos hediondos. A Lei n. 8.072/1990, em sua redação original, determinava que os condenados por crimes hediondos ou equiparados (TTT) deveriam cumprir a pena em regime integralmente fechado. Em 23/02/2006, o STF declarou inconstitucional este § 1º do art. 2º da Lei de Tortura. Diante dessa decisão, o Congresso Nacional editou a Lei n. 11.464/2007, modificando o § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990. Mesmo com essa modificação legislativa, o STF manteve a decisão e § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990, com a redação dada pela Lei n. 11.464/2007, ao impor o regime inicial fechado, continuou INCONSTITUCIONAL. STF. Plenário. HC 111.840/ES, Rel. Min. Dias Toffoli, 27/6/2012 (Info 672). A partir dessa decisão do STF, o regime inicial nas condenações por crimes hediondos ou equiparados (ex.: tráfico de drogas) não tem que ser obrigatoriamente o fechado, podendo ser também o regime semiaberto ou aberto, desde que presentes os requisitos do art. 33, § 2º, alíneas b e c, do Código Penal. Assim, será possível, por exemplo, que o juiz condene o réu por tortura a uma pena de dois anos de reclusão e fixe o regime inicial aberto. O Plenário do STF decidiu que é inconstitucional a lei que impõe o regime inicial fechado para os crimes hediondos e equiparados (STF. HC 111.840-ES). Esse entendimento do STF aplica-se também ao delito de tortura, por ser este equiparado a crime hediondo. Logo, o juiz deve desconsiderar a regra disposta no art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/1997, por ser esta norma também inconstitucional. Em suma, não é obrigatório que o condenado por crime de tortura inicie o cumprimento da pena no regime prisional fechado.

Julgue o item de acordo com a Lei n. 8.069/1990 e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- 46 Fotografar cena e armazenar fotografia de criança ou adolescente em poses nitidamente sensuais, com enfoque em seus órgãos genitais, ainda que cobertos por peças de roupas, e incontroversa finalidade sexual e libidínica adequam-se, respectivamente, aos tipos dos arts. 240 e 241-B do ECA.

Certo.

Trata-se de jurisprudência do STJ (Inf. 577): configuram os crimes dos arts. 240 e 241-B – ainda que a criança ou o adolescente estejam cobertos por peças de roupas –, desse modo, o conceito de pornografia infantil pode abranger hipóteses em que não haja a exibição do órgão sexual do menor.

- 47 O Estatuto do Desarmamento (Lei. n. 10.826/2003) descreve, em seu art. 14, o crime de porte ilegal de arma, munição ou acessório de uso permitido. Esse crime, conforme interpreta a jurisprudência do STJ, é de perigo abstrato e de mera conduta, bastando, para sua caracterização, a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo desnecessária a realização de perícia.

Certo.

STJ – Jurisprudência em teses – Edição 102 de 2018, tese n. 2 – “O crime de porte ilegal de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido (art. 14 da Lei n. 10.826/2003) é de perigo abstrato e de mera conduta, bastando para sua caracterização a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo desnecessária a realização de perícia”.

De acordo com as definições básicas e axiomas em probabilidades – Os eventos aleatórios A = “o policial é submetido a um treinamento intensivo para atuação de suas atividades” e B = “o policial que não obtém bom desempenho durante as atividades é matriculado em um curso de aprimoramento” são representados, respectivamente, por P (A) e P (B). Os eventos complementares de A e B são denominados, respectivamente,

mente, C_A e C_B . Considerando que $P(A) = 0,4$ e que as probabilidades condicionais $P(B|C_A) = 0,3$ e $P(B|A) = 0,1$, julgue o item a seguir.

48 $P(A \cup B) > 0,6$.

Errado.

Sendo $P(A) = 0,4$, temos que $P(C_A) = 0,6$
 Sendo $P(B|C_A) = 0,3$, temos que $P(C_B|C_A) = 0,7$
 $P(C_B \cap C_A) = P(C_B|C_A) \cdot P(C_A) = 0,7 \cdot 0,6 = 0,42$
 $P(A \cup B) = 1 - P(C_B \cap C_A) = 1 - 0,42 = 0,58$

A partir de um teste de hipótese, considere a situação abaixo.

De acordo com uma denúncia anônima, uma empresa estaria vendendo seus produtos com a capacidade alterada, ou seja, não estava conforme as especificações contidas no rótulo. A empresa informou às autoridades competentes que o conteúdo líquido das latas de seu produto é, em média, de 2.000 gramas, com desvio padrão de 40 gramas. A fiscalização de pesos e medidas investigou uma amostra aleatória de 64 latas, verificando média de 1990 gramas. Considerando que z crítico é igual a 1,64 em uma função de distribuição acumulada de uma distribuição normal padrão, e z é um desvio padronizado, julgue o item que se segue.

Considere:
$$z_e = \frac{X - \mu_0}{\frac{\sigma}{\sqrt{n}}}$$

49 Com o nível de significância de 5%, a empresa deverá ser multada por efetuar a venda abaixo dos valores especificados no rótulo.

Certo.

Vamos definir nossas hipóteses:

$H_0: \mu = 2000$ (não será multada)

$H_1: \mu < 2000$ (será multada)

Relacionando nossos parâmetros e sabendo que a análise será unilateral à esquerda, temos:

$\mu_0 = 2000$

$\sigma = 40$

$X = 1990$

$n = 64$

Sabemos que o Z_c crítico é igual a -1,64.

$Z_c = -1,64$

Basta calcularmos o Z estatístico:

$$Z_e = (X - \mu_0) / (\sigma / \sqrt{n})$$

$$Z_e = (1990 - 2000) / (40 / \sqrt{64})$$

$Z_e = -2$

O Z_e (Z estatístico) estará na região antes do Z crítico

$Z_e < Z_c$

Dessa forma, o nosso Z_e estará na região, analisando a curva de Gauss, de H_1 , isto é, com 95% de confiança a empresa deverá ser multada.

A Polícia Federal atua no âmbito de interesses da União, a nível federal, e tem como objetivo a apuração de crimes e infrações penais cometidos contra a União e também suas empresas públicas. Também possui como missão a repressão ao tráfico de drogas em nível nacional, ao contrabando e ao descaminho. O órgão também é responsável por exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, ou seja, é o agente oficial em portos, aeroportos e postos de fronteiras com outros países. Dessa forma, em um dos seus departamentos, foi inserido um novo programa de denúncias quanto ao crime organizado, em que, para todo cidadão que recebe atendimento, é feito um cadastro da ocorrência para avaliação futura quanto à veracidade das informações, classificando como “procedente” ($Y = 1$) ou como “não procedente” ($Y = 0$), e as quantidades X , diárias, de ligações que chegam a ser finalizadas neste programa seguem uma distribuição de Poisson com média igual a 5. Conforme as especificações acima e considerando que $P(X) = \frac{\lambda^X e^{-\lambda}}{X!}$ e que $e^{-5} = 0,007$, julgue o item.

50 A probabilidade de serem recebidas 2 denúncias (ligações) por dia que sejam procedentes é superior a 8,5%.

Certo.

Temos que a variável aleatória X é a quantidade de ligações finalizadas neste programa por dia.

$E(X) = 5$ ligações finalizadas por dia. (λ)

x : 2 ligações finalizadas por dia.

$$P(X) = \frac{\lambda^X e^{-\lambda}}{X!} \quad P(x=2) = (5^2 \cdot e^{-5}) / 2!$$

$P(x=2) = (25 \cdot 0,007) / 2$

$P(x=2) = (0,175) / 2 = 0,0875 \times 100 = 8,75\%$

Um departamento da Polícia Federal divulgou os dados apresentados na tabela a seguir, acerca dos números de ocorrências efetuadas (X) e ocorrências resolvidas (Y) em determinada região do Estado brasileiro, no período de janeiro a março de 2018.

ANO	NÚMEROS DE OCORRÊNCIAS	
	EFETUADAS	RESOLVIDAS
Janeiro	1000	100
Fevereiro	1250	300
Março	1500	500

Considerando as informações do texto, julgue o item subsequente.

51 O coeficiente de correlação linear entre X e Y é inferior a 0,8.

Errado.

Nessa questão, podemos perceber que os crescimentos nas variáveis dependentes e independentes são proporcionais; logo, se construirmos um gráfico, teremos uma reta com crescimento totalmente linear, ou seja, o coeficiente linear de Pearson será igual a 1.

Uma amostra de vinte órgãos brasileiros responsáveis por licitações foi selecionada para que fosse verificada a quantidade média de denúncias de corrupção. A amostra foi estratificada por localização: capital (C) e interior (I). A quantidade média de órgãos nas capitais é igual a 10, ao passo que a quantidade média de órgãos nas cidades do interior é igual a 15.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 52 Se existem 50 órgãos na capital e 100 órgãos no interior, a alocação proporcional, nos estratos da amostra, será superior a 6 órgãos na capital e superior a 12 órgãos no interior.

Certo.

Podemos afirmar que a amostra estratificada é correta, pois, neste caso, a média populacional é relativa à quantidade de órgãos em cada estrato. Logo,
Total de órgãos = 150

Proporção de órgãos no interior = $100/150 = 0.666...$ (coeficiente)

Proporção de órgãos na capital = $50/150 = 0.333...$ (coeficiente)

Com a amostra de 20 órgãos, temos:

Interior = $0.66 \times 20 = 13,2$

Capital = $0.33 \times 20 = 6.6$

Julgue os itens seguintes, relativos a lógica proposicional e à lógica de argumentação.

- 53 A sentença $((A \rightarrow B) \wedge \sim B) \rightarrow \sim A$ é uma tautologia.

Certo.

A tabela-verdade da expressão acima é toda verdadeira, condição para que se tenha uma tautologia.

- 54 Considere que, em uma reunião da ONU, há 5 franceses e 6 ingleses. Se X for o conjunto formado pelos ingleses, e Y o conjunto formado pelos franceses, então o conjunto diferença $X \setminus Y$ terá exatamente um elemento.

Errado.

Para obtermos o conjunto $X - Y$, devemos pegar o conjunto X (composto por 6 ingleses) e retirar aquelas pessoas que TAMBÉM fazem parte do conjunto Y (composto por 5 franceses). Como não há interseção entre os 2 conjuntos (ninguém inglês e francês ao

mesmo tempo), não é preciso tirar ninguém do conjunto X, ou seja, $X - Y = X$, tendo 6 elementos, e não somente um.

Julgue os itens seguintes, relativos a problemas de contagem e probabilidade.

- 55 É inferior a 2.500 a quantidade de maneiras distintas que um grupo de 10 pessoas pode ser dividido em 3 grupos de 2, 3 e 5 pessoas.

Errado.

$$C_{10,5} \cdot C_{5,3} \cdot C_{2,2} = 252 \cdot 10 \cdot 1 = 2520$$

- 56 Em uma caixa, há 10 bolas: 6 pretas iguais e 4 amarelas iguais. A quantidade de maneiras diferentes de se extraírem, uma a uma, as dez bolas da caixa é inferior a 220.

Certo.

$$P_{10}^{6,4} = \frac{10!}{6!4!} = 210$$

- 57 Um casal deseja ter seis filhos. A probabilidade de que esse casal tenha exatamente dois filhos homens é superior a 20%.

Certo.

H H M M M M

$$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{64}$$

$$P_6^{2,4} = \frac{6!}{2!4!} = 15 \times \frac{1}{64} \times 15 = \frac{15}{64} = 0,234 = 23,4\%$$

(aproximadamente)

Considerando a proposição "Se Carlos não é servidor público, ele não passou no concurso", julgue os itens seguintes.

- 58 A proposição considerada equivale à proposição "Se Carlos é servidor público, então passou no concurso".

Errado.

As expressões $A \rightarrow B$ e $\sim A \rightarrow \sim B$ não são equivalentes.

- 59 A negação da referida proposição pode ser expressa pela proposição "Carlos não é servidor público, mas ele passou no concurso".

Certo.

A negação de $A \rightarrow B$ é $A \wedge \sim B$. Vale lembrar que o "mas" faz o papel do "e".

- 60 A proposição em apreço equivale à proposição “Carlos não passou no concurso ou ele é servidor”.

Certo.

A equivalência de $A \rightarrow B$ é $\sim A \vee B$, que pode ser escrito como $B \vee \sim A$.



BLOCO II

- 61 A imagem abaixo apresenta um trecho de uma planilha que está sendo editada no Excel 2016, configuração padrão, português do Brasil. Os resultados apresentados, respectivamente, nas células C12 e C13, podem ter sido obtidos a partir das seguintes funções: em C12 =PROCV(C11;A2:C8;2;0) e em C13 =PROCV(C11;A2:C8;3;0).


	A	B	C
1	CÓDIGO	DELEGACIA	TELEFONE
2	1	DPF1	61-3622-3636
3	2	DPF2	65-9623-2312
4	3	DPF3	21-3221-7898
5	4	DPF4	11-2121-8585
6	5	DPF5	37-8998-7878
7	6	DPF6	45-8658-9696
8	7	DPF7	48-4525-9636
9			
10			
11		CÓDIGO	2
12		DELEGACIA	DPF2
13		TELEFONE	65-9623-2312

Certo.

Na função PROCV, temos a seguinte sintaxe: C11 é o valor a ser buscado, na primeira coluna à esquerda do intervalo determinado – A2:C8 é o intervalo em que será procurado o valor informado e também o resultado, conforme o índice da coluna – 3 é o índice da coluna, nesse exemplo a coluna “A” é a coluna 1, “B” a 2, e “C” a 3 – 0 significa que o valor buscado tem que ser exato, ou seja, não pode ser um valor aproximado, por exemplo, nessa situação, se fosse digitado para busca o valor 8, a resposta seria “#N/D”, no lugar de “0” poderia ser escrita a palavra “Falso” ou usado o valor “1”, ou a palavra “Verdadeiro”, que, nesse caso, admitiria um valor aproximado.

- 62 No Windows 10, configuração padrão, português do Brasil, ao se clicar no botão  ou utilizar o atalho  +TAB, é possível, entre outras ações, “navegar” através das últimas atividades realizadas.

Certo.

O botão , chamado de visão de tarefas (task view), permite também alternar entre as janelas que estão sendo executadas, bem como criar e gerenciar novas áreas de trabalho.

- 63 Jeferson Bogo, agente da Polícia Federal, deseja enviar uma mensagem assinada digitalmente para


o seu delegado titular. Para assinar essa mensagem, Jeferson deve usar a chave privada do Delegado, o que garantirá a autenticidade, e, ao receber a mensagem assinada, o Delegado deve usar a sua chave pública, que irá conferir a Integridade, o Não Repúdio e a Autenticidade da mensagem.

Errado.

Para assinar uma mensagem digitalmente, o remetente (Jeferson) usa a **sua** chave privada, e o destinatário a chave pública do destinatário (Delegado). Dica: nunca serão usadas chaves de pessoas diferentes, nem se terá acesso à chave privada de outra pessoa. A assinatura digital garante: a Integridade, o Não Repúdio e a Autenticidade da mensagem.

- 64 Ao se editar um documento utilizando-se o BrOffice Writer, configuração padrão, em português do Brasil, para salvar esse documento no formato PDF, é suficiente realizar os seguintes procedimentos: clicar no menu Arquivo, em seguida na opção Salvar Como, escolher um nome válido para o arquivo na janela que é aberta e, na opção Tipo, o formato PDF. Por fim, deve-se clicar em Salvar.

Errado.



É possível salvar um documento no formato PDF usando o BrOffice Writer, mas não por meio da opção Salvar Como, e sim mediante as opções Exportar ou Exportar como PDF (ambas no menu Arquivo) ou por meio do botão , presente na barra de ferramentas.

- 65 Um professor, utilizando o BrOffice Calc, configuração padrão, em português do Brasil, deseja calcular, de acordo com a média final dos alunos, que estão na coluna C, o resultado final de acordo com a nota obtida: menor do que 5 – reprovado, maior ou igual a 5 e menor do que 7 – bom, maior ou igual a 7 e menor do que 9 – ótimo e maior ou igual a 9 – excelente. Para se obter o resultado pretendido, do aluno que está na célula C3, ele pode usar a função: =SE(C3<5;"REPROVADO";SE(C3<7;"BOM";SE(C3<9;"ÓTIMO";"EXCELENTE"))).



Certo.

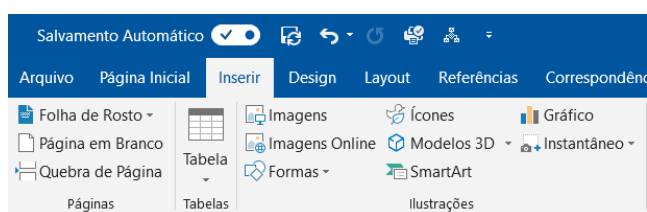
A função SE tem a seguinte sintaxe: = SE(TESTE_LÓGICO;VALOR_SE_VERDADEIRO;VALOR_SE_FALSO). Se o teste lógico retornar verdadeiro, ele

mostra o valor que está na posição de verdadeiro. Se não, ele mostra o valor que está na posição de valor se falso. Na questão, temos várias funções SE aninhadas (uma dentro da outra), que irão obedecer exatamente à mesma lógica apresentada.


- 66** No editor de texto BrOffice Writer, configuração padrão, em português do Brasil, o ícone  permite ao usuário realizar apenas a correção ortográfica, e o ícone  permite localizar e substituir uma entrada no texto em edição.

Errado.

O botão que permite dar início à correção ortográfica é  (atalho F7), lembrando que o BrOffice Writer não faz correção gramatical. A função do botão  está correta, atalho (CTRL+F).




Julgue os itens 67 e 68, acerca do Word 2016, considerando a figura acima, que ilustra parte da janela desse aplicativo.

- 67** Após clicar no botão , será, automaticamente, inserida uma nova página em branco, tornando possível que seja alterada a orientação dessa nova página sem afetar as anteriores.

Errado.

Para realizar o procedimento descrito, é necessário inserir uma quebra de seção (Próxima Página), disponível na Guia Layout, grupo Configurar página, na opção Quebras.

- 68** Ao se clicar no botão , entre outras opções, é possível inserir uma planilha do Excel diretamente no texto que está sendo editado, sendo permitido, nessa planilha, utilizar as funções do Excel para realizar cálculos.

Certo.

Por meio do botão citado, é possível: desenhar uma tabela, inserir uma tabela, desenhar uma tabela, converter texto em tabela e acessar os modelos de tabelas prontas.

- 69** Ao analisar o URL <http://www.pf.gov.br/>, é possível inferir que o domínio “pf.gov.br”, pela sua estrutura, é um domínio registrado como um órgão

do governo, por meio do Registro Br, que é vinculado ao Comitê Gestor da Internet, sendo este o órgão que controla a Internet no Brasil.

Certo.

É muito importante saber que o órgão que controla a Internet no Brasil é o C.G.I (Comitê Gestor da Internet), e o CERT Br é responsável pela segurança das redes brasileiras. Deixo a dica para que leiam as cartilhas do CERT Br (<https://cartilha.cert.br>).

“... é uma mensagem que possui conteúdo alarmante ou falso e que, geralmente, tem como remetente, ou aponta como autora, alguma instituição, empresa importante ou órgão governamental. Por meio de uma leitura minuciosa de seu conteúdo, normalmente, é possível identificar informações sem sentido e tentativas de golpes, como correntes e pirâmides.”

- 70** O trecho anterior foi retirado de uma das cartilhas do CERT Br (<https://cartilha.cert.br/golpes/>) e diz respeito ao golpe de Phishing.

Errado.

O golpe descrito é conhecido como Hoax (boato). O golpe de Phishing é aquele que utiliza a engenharia social e técnicas para obter dados confidenciais das vítimas.

- 71** A mineração de dados é um processo que visa à análise de grandes quantidades de dados a fim de encontrar padrões e regras que possam ser usados para orientar a tomada de decisões e prever o comportamento futuro nas organizações.

Certo.

Definições de mineração de dados, de diversos autores:

- É o processo de extrair informação válida, previamente desconhecida e de máxima abrangência a partir de grandes bases de dados, usando-as para efetuar de decisões cruciais. [Eduardo Gimenes]
- Análise de grandes quantidades de dados a fim de encontrar padrões e regras que possam ser usadas para orientar a tomada de decisões e prever o comportamento futuro. [Laudon & Laudon]
- A mineração de dados é a aplicação de algoritmos específicos para extração de padrões a partir dos dados. [Fayyad]
- A mineração de dados se refere à extração, ou mineração, de conhecimento a partir de grandes quantidades de dados. [Han e Kamber]

- 72** A modelagem preditiva, uma das técnicas de análise de mineração de dados, revela semelhanças

compartilhadas ou agrupamentos em dados históricos para determinar as razões por trás do sucesso ou fracasso, como a categorização de clientes por preferências por produtos ou emoções.

Errado.

A modelagem **descritiva** revela semelhanças compartilhadas ou agrupamentos em dados históricos para determinar as razões por trás do sucesso ou fracasso, como a categorização de clientes por preferências por produtos ou emoções.

A modelagem preditiva vai mais fundo para classificar eventos no futuro ou estimar resultados desconhecidos – por exemplo, usando *score* (pontuação) de crédito para determinar a probabilidade que um indivíduo tem de quitar um empréstimo. A modelagem preditiva também ajuda a descobrir insights para situações como a probabilidade de um cliente migrar de operadora, ou seja, previsão ao churn (perda de clientes para a concorrência), resposta para determinada campanha ou padrões de crédito.

73 No processo de mineração de dados, modelos de regressão, redes neurais, árvores de decisão e máquinas de vetores de suporte são técnicas de modelagem prescritiva, que observam variáveis internas, externas e restrições para recomendar um ou mais cursos de ação.

Errado.

As técnicas estão associadas à modelagem **preditiva**. A modelagem preditiva vai fundo para classificar eventos no futuro ou estimar resultados desconhecidos – por exemplo, usando *score* (pontuação) de crédito para determinar a probabilidade que um indivíduo tem de quitar um empréstimo.

A modelagem preditiva também ajuda a descobrir insights para situações, como a probabilidade de um cliente migrar de operadora, ou seja, previsão ao churn (perda de clientes para a concorrência), resposta para determinada campanha ou padrões de crédito.

Algumas dessas técnicas são:

- modelos de regressão – modelos matemáticos que medem relação entre uma variável dependente e uma série de variáveis independentes;
- redes neurais – programas de computador que detectam padrões, fazem previsões e aprendem;
- árvores de decisão – diagramas que permitem representar e avaliar problemas que envolvem decisões sequenciais, colocando em destaque os riscos e os resultados financeiros identificados nos diversos cursos de ação;
- máquinas de vetores de suporte – modelos de aprendizagem supervisionados que analisam os dados e reconhecem padrões, usados para classificação e análise de regressão.

74 O KDD (Knowledge-Discovery in Databases), um processo padrão da indústria para mineração de dados, utiliza métodos de DM para extrair o que é considerado conhecimento, usando uma base com qualquer pré-processamento necessário, subamostragem e transformação do banco de dados, executado em cinco etapas: seleção, pré-processamento, transformação, mineração e interpretação/avaliação.

Errado.

A explicação do KDD está correta, mas ele não é o **processo padrão da indústria**.

CRISP-DM, do inglês Cross Industry Standard Process for Data Mining, ou Processo Padrão da Indústria para Mineração de Dados.

75 Situação hipotética: Em uma organização pública, o analista de banco de dados precisa utilizar técnicas de mineração de dados de forma a identificar semelhanças compartilhadas ou agrupamentos em dados históricos para determinar as razões por trás do sucesso ou fracasso de algumas políticas públicas implementadas pelo órgão. **Assertiva:** Nessa situação, é recomendável a aplicação de modelagem descritiva, com técnicas de clustering e regras de associação.

Certo.

A modelagem descritiva revela semelhanças compartilhadas ou agrupamentos em dados históricos para determinar as razões por trás do sucesso ou fracasso, como a categorização de clientes por preferências por produtos ou emoções.

Algumas dessas técnicas são:

- clustering – agrupar registros semelhantes juntos;
- detecção de anomalias – a identificação de valores discrepantes multidimensionais;
- regras de associação – a detecção de relações entre os registros;
- análise de componentes principais – a detecção de relações entre as variáveis;
- agrupamento de afinidades – agrupamento de pessoas com interesses comuns ou objetivos semelhantes (por ex., pessoas que compram X muitas vezes compram Y e, possivelmente, Z).

76 O CRISP-DM (Cross-Industry Standard Process of Data Mining) é um processo que define e padroniza as fases e atividades da mineração de dados, consistindo em seis fases organizadas de maneira cíclica, com fluxo unidirecional entre elas.

Errado.

O CRISP-DM (Cross-Industry Standard Process of Data Mining) é um processo que define e padroniza

as fases e atividades da mineração de dados. Como afirma Olson et al., o processo CRISP-DM consiste de seis fases organizadas de maneira cíclica. Além disso, apesar de ser composto por fases, **o fluxo não é unidirecional, podendo ir e voltar entre as fases.**

77 Um atributo multivalorado é aquele que pode ser dividido em partes, isto é, outros atributos.

Errado.

Atributo multivalorado é aquele que possui um conjunto de valores para uma única entidade. Por exemplo, o atributo idioma da entidade pessoa pode ter como valores: inglês, português e francês.

78 No modelo conceitual, as entidades são características observadas dos objetos do mundo real sobre os quais se deseja manter informações no banco de dados.

Errado.

Uma entidade representa, no modelo conceitual, um conjunto de objetos da realidade modelada. São os objetos da realidade modelada sobre os quais se deseja manter informações no banco de dados.

79 Chave primária é formada por um único atributo que permite identificar de maneira unívoca uma entidade em um conjunto de entidades.

Errado.

Chave primária é um conjunto de um ou mais atributos que, tomados coletivamente, permitem identificar de maneira unívoca uma entidade em um conjunto de entidades.

80 Uma das atividades executadas na administração de dados é a padronização da nomenclatura/especificação dos objetos criados em um banco de dados.

Certo.

Uma das atividades executadas em administração de dados é elaborar padrões de nomenclaturas dos objetos para melhor entendimento, implementação e gerenciamento dos dados.

81 Restrição de chave é aquela que verifica se uma chave primária pode ou não receber o valor NULL (nulo).

Errado.

Restrição de chave impede que uma chave primária se repita. Um campo chave primária diferencia de forma única os registros (linhas) de uma relação (tabela).

82 Não é possível implementar autorrelacionamentos em um banco de dados relacional.

Errado.

Em um banco de dados relacional, é possível modelar e implementar autorrelacionamentos e suas cardinalidades.

83 Integridade referencial é a restrição que define que os valores dos campos que aparecem em uma chave estrangeira devem aparecer na chave primária da tabela referenciada.

Certo.

Uma chave estrangeira de uma relação tem que coincidir com uma chave primária da sua tabela “pai” a que a chave estrangeira se refere. Ou seja, não só deve existir o atributo (campo), como também o valor referenciado.

84 Dados estruturados são dados mantidos por um SGBD e são organizados em relações. Já os dados não estruturados são aqueles que não possuem uma estrutura definida, por exemplo: vídeos da web.

Certo.

Dados estruturados: dados mantidos em um SGBD são chamados de dados estruturados por manterem a mesma estrutura de representação.

Dados não estruturados: são os dados que não possuem uma estrutura definida, caracterizados por textos, imagens, vídeos etc.

85 Na modelagem de banco de dados, o modelo conceitual registra que dados podem aparecer no banco de dados, mas não registra como esses dados estão armazenados a nível de SGBD.

Certo.

Segundo Heuser, o modelo conceitual é um modelo de dados abstrato, que descreve a estrutura de um banco de dados de forma independente de um SGBD particular.

86 O modelo relacional de dados é o modelo de dados em que uma linha é chamada de tupla, um nome de coluna é chamado de atributo, e uma tabela é chamada de relação.

Certo.

O modelo relacional usa um conjunto de tabelas (relações) para representar os dados como relação entre eles. Cada relação possui múltiplas colunas (atributos), e cada uma possui um nome único (nome de atri-

buto). As linhas ou registros da tabela são chamados de tuplas.

87 A chave estrangeira é o mecanismo que permite a implementação de relacionamentos em um banco de dados relacional, sendo uma coluna ou uma combinação de colunas cujos valores aparecem necessariamente na chave primária de uma tabela.

Certo.

Chave estrangeira é uma ou mais colunas que podem ser combinadas e que marcam o relacionamento entre entidades de um banco de dados.

88 Para o desenvolvimento de um sistema de banco de dados, é feita, em sequência, a análise de requisitos, modelagem lógica, modelagem conceitual e, por último, é realizada a fase de projeto físico.

Errado.

As etapas de desenvolvimento de um projeto de banco de dados são: análise de requisitos, projeto conceitual (desenvolvimento do modelo conceitual), projeto lógico (desenvolvimento do modelo lógico) e projeto físico.

Julgue os itens que se seguem acerca de aprendizado de máquina.

89 No aprendizado supervisionado, os dados de treinamento não possuem rótulos associados. A tarefa de conferir as saídas fica a cargo de um algoritmo supervisor.

Errado.

No aprendizado supervisionado, os dados de treinamento **possuem** rótulos associados. Esses rótulos são utilizados pelo algoritmo, em uma fase de treinamento, para criar um modelo matemático que possibilite realizar previsões para novos dados de entrada.

90 Uma empresa deseja agrupar seus clientes de acordo com dados de consumo. As informações atualmente disponíveis são idade, sexo e produtos já adquiridos. Não se sabe a quantidade nem quais as características dos grupos a serem formados. Neste caso, é recomendável a utilização de um algoritmo não supervisionado, como o de clustering.

Certo.

Para dados em que não há rótulos associados, devem-se utilizar algoritmos **não supervisionados**, como o clustering, pois caberá ao computador encontrar a relação e as categorias dos dados apresentados.

Julgue os itens que se seguem acerca de redes de computadores.

91 Redes par a par, como a torrent, em que participantes se comunicam diretamente uns com os outros, têm como característica principal serem sistemas do tipo hierárquico.

Errado.

Sua característica principal é não serem redes hierárquicas, como as cliente/servidor.

92 Em relação à conexão, são chamadas de redes multiponto aquelas que conectam pares de máquinas, e ponto a ponto aquelas em que dois equipamentos ou mais compartilham o enlace.

Errado.

Os conceitos foram invertidos.

93 Quanto à classificação, as redes, em relação à abrangência geográfica, podem ser: simplex, half-duplex e full-duplex.

Errado.

A classificação quanto à abrangência geográfica é PAN, LAN, MAN, WAN, entre outras. Simplex, half-duplex, full-duplex são classificações em relação ao fluxo de dados.

94 A topologia física diz respeito a como os dados seguem dentro da rede.

Errado.

A definição é de topologia lógica.

95 Cabos de fibra ótica são mais utilizados em redes locais por alcançarem maiores distâncias e serem mais simples, flexíveis e baratos.

Errado.

Os cabos mais utilizados em redes locais (LAN) são os de par trançado, por serem mais simples, flexíveis e baratos. Os cabos de fibra ótica são mais caros e de instalação mais complexa, sendo utilizados em redes de maior abrangência (WAN).

96 O protocolo UDP utiliza o mecanismo de estabelecimento de conexão conhecido como Three Way Handshake.

Errado.

O protocolo orientado a conexão da camada de transporte que utiliza o mecanismo de estabelecimento de conexão em três vias (Three Way Handshake) é o protocolo TCP.

BLOCO III

97 Entre as formalidades extrínsecas exigidas dos livros contábeis, inclui-se a obrigatoriedade de se realizar a escrituração em idioma e em moedas nacionais.

Errado.

A questão está errada, pois a escrituração em idioma e em moedas nacionais é uma formalidade intrínseca.

98 O perdão de uma dívida e o recebimento de uma duplicata com juros representam fatos modificativos diminutivos.

Errado.

A questão está errada, pois o recebimento de uma duplicata com juros representa um fato misto aumentativo:

D: Caixa/bancos

C: Duplicatas a receber

C: Juros ativos (receita)

99 As contas do ativo e as contas redutoras do passivo exigível e do patrimônio líquido aumentam seus saldos por meio de lançamentos a crédito e diminuem por lançamentos a débito, respectivamente.

Errado.

As contas do ativo e as contas redutoras do passivo exigível e do patrimônio líquido são de natureza vedadora e, portanto, aumentam seus saldos a débito e diminuem a crédito.

100 Uma empresa cujo passivo exigível representa 50% do seu patrimônio líquido possui um ativo que representa 150% do passivo não exigível.

Certo.

Supondo que o PL desta empresa seja \$ 100, o passivo exigível será de \$ 50 ($50 \times \$100$). Consequentemente, o ativo será de \$ 150 ($\$50 + \100) e, portanto, 150% do PL.

101 Ao adquirir material de escritório à vista, em dinheiro, a entidade terá seu patrimônio líquido reduzido pelo valor gasto na compra.

Errado.

A compra de material de escritório, à vista (ou a prazo), representa fato permutativo e, portanto, não altera o patrimônio líquido.

102 Um passivo é uma obrigação passada, resultante de um evento presente e que, provavelmente,

demandará o sacrifício de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Errado.

Segundo a Estrutura Conceitual (CPC 00), o passivo é uma obrigação presente, que resulta de eventos passados e que, provavelmente, demandará o sacrifício de recursos que incorporam benefícios econômicos.

103 A empresa ABC, promotora de eventos, está respondendo a um processo judicial em que está sendo demandada a pagar uma indenização de R\$ 50 mil a clientes que se sentiram lesados pelos serviços que lhes foram prestados. Ao final de 2017, o diretor jurídico da empresa ABC julga que é provável que a empresa perca a disputa e seja obrigada a pagar as indenizações pleiteadas. Considerando que o valor a desembolsar seja uma estimativa confiável, o procedimento contábil a ser adotado pela empresa ABC, neste caso, é a constituição de uma provisão e a sua divulgação em notas explicativas.

Certo.

De acordo com a narrativa da questão, podemos concluir que se trata de uma saída de recursos provável, para a qual existe uma estimativa confiável, demandando a constituição de provisão e a sua divulgação em notas explicativas, nos termos do CPC 25.

104 Os ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser testados, quanto a sua recuperabilidade, somente quando houver indicação de que possam estar desvalorizados.

Errado.

O goodwill, os ativos intangíveis com vida útil indefinida e os ativos intangíveis em desenvolvimento devem ser testados anualmente, ainda que não haja indicação de que possam estar desvalorizados.

105 Ao debitar a conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa e creditar a conta duplicatas a receber, a entidade estará registrando a baixa de títulos incobráveis, cujo valor nominal total é inferior ou igual ao saldo provisionado para perdas estimadas.

Certo.

O lançamento indicado no enunciado pode ser exemplificado da seguinte forma:

Uma empresa reconhece que o devedor de uma duplicata, por ela emitida, se tornou incobrável, no valor de

\$ 1.000, com saldo de provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no valor de \$ 2.000.

O lançamento será:

D: PCLD (retificadora de duplicatas a receber)

C: Duplicatas a receber.....1.000

106 Uma empresa adquiriu, por meio de arrendamento mercantil financeiro, um equipamento, cujo valor justo, na data da celebração do contrato de arrendamento, era igual a R\$ 300 mil. O valor presente dos pagamentos assumidos pela arrendatária, na data da celebração do contrato de arrendamento, era de R\$ 295 mil. Portanto, pode-se afirmar que o equipamento deverá ser contabilizado, no ativo da arrendatária, pelo valor de R\$ 295 mil, ao final do prazo contratual.

Errado.

O arrendamento mercantil financeiro transfere à arrendatária, de forma substancial, os riscos e benefícios do bem arrendado. Na arrendatária, o bem deve ser contabilizado no ativo e no passivo por valores iguais, sendo esse valor igual ao menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos assumidos, na data da celebração do contrato do arrendamento.

Sendo assim, o bem citado no enunciado da questão deverá ser contabilizado por \$ 295 mil, na data da celebração do contrato de arrendamento mercantil financeiro.

107 O ativo intangível é monetário, identificável e sem substância física.

Certo.

A definição de ativo apresentada na questão está de acordo com o que estabelece o CPC 04:

“8. Os termos abaixo são utilizados no presente Pronunciamento com os seguintes significados:

(...)

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.”

108 O ativo intangível, nos termos do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, poderá ser mensurado pelos critérios do custo ou da reavaliação, quando legalmente permitida, neste último caso.

Certo.

A questão está de acordo com o que prescreve o parágrafo 72 do CPC 04:

“72. A Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis que consta do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC prevê que a entidade pode, em determinadas circunstâncias, optar pelo método de custo ou pelo método de

reavaliação para a sua política contábil. Quando a opção pelo método de reavaliação não estiver restringida por lei ou norma legal regularmente estabelecida¹, a entidade deve optar em reconhecer um ativo intangível pelo método de custo (item 74) ou pelo método de reavaliação (item 75). Caso um ativo intangível seja contabilizado com base no método de reavaliação, todos os ativos restantes da sua classe devem ser registrados utilizando o mesmo método, exceto quando não existir mercado ativo para tais itens.”

109 Os ativos intangíveis com vida útil indefinida deverão ser amortizados com base na vida útil de ativos similares, devendo ser testados quanto a sua recuperabilidade, ainda que não haja indicação de sua desvalorização.

Errado.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo avaliados pelo custo, deduzido de eventual perda por impairment.

110 Os direitos decorrentes de empréstimos a diretores, e que não se constituam em negócios usuais da companhia na exploração do seu objeto, serão sempre classificados no ativo realizável a longo prazo.

Certo.

A questão está de acordo com a Lei n. 6.404/1976:

“**Art. 179.** As contas serão classificadas do seguinte modo:

(...)

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia”.

111 O goodwill positivo apurado na aquisição de uma controlada deverá ser reconhecido em subconta do saldo da participação societária no balanço individual da investidora.

Certo.

O goodwill positivo será contabilizado apenas no ativo intangível do balanço consolidado da investidora. No balanço individual da investidora, o goodwill será registrado em subconta do investimento.

112 Os saldos existentes em resultados de exercícios futuros, em 31 de dezembro de 2008, foram obrigatoriamente reclassificados para o passivo não

circulante, em conta de receita diferida, deduzida dos respectivos custos.

Certo.

A questão está de acordo com o artigo 299-B da Lei n. 6.404/1976:

“**Art. 299-B.** O saldo existente no resultado de exercício futuro em 31 de dezembro de 2008 deverá ser reclassificado para o passivo não circulante em conta representativa de receita diferida. *(Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)*”

Parágrafo único. O registro do saldo de que trata o caput deste artigo deverá evidenciar a receita diferida e o respectivo custo diferido. *(Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)*”

113 A documentação que compõe o arquivo da DPF é composta pelas informações colecionadas pelo órgão ao longo de sua existência. Tais documentos são acumulados pela instituição de diversas formas, destacando-se a compra, a doação e a permuta.

Errado.

Os documentos de arquivo, diferentemente dos documentos de biblioteca, que são acumulados por meio da compra, doação ou permuta, são produzidos ou recebidos de acordo com as atividades da instituição, formando um conjunto orgânico de documentos (documentos que refletem as atividades da entidade acumuladora). O termo coleção é utilizado para designar a documentação acumulada pelas bibliotecas, que não estão vinculadas às atividades da instituição.

114 A documentação permanente acumulada pela DPF deverá ser recolhida ao Arquivo Nacional, uma vez que cabe a este armazenar e dar acesso à documentação permanente dos órgãos vinculados ao Poder Executivo Federal, de acordo com a legislação arquivística brasileira.

Certo.

A Lei n. 8.159/1991 atribui ao Arquivo Nacional a competência de recolher dos órgãos vinculados ao Poder Executivo Federal, que é o caso da DPF, sua documentação permanente, preservando e dando acesso a essa documentação à sociedade. Nos Poderes Legislativo Federal e Judiciário Federal, segundo a mesma lei, cada órgão cuidará de sua documentação histórica. Nas demais esferas do governo (estadual, municipal e distrital), haverá leis específicas que regulamentarão essa situação.

115 Segundo o princípio da proveniência, também chamado de princípio do respeito aos fundos, quando reunidos arquivos de entidades distintas

em um mesmo local, como é o caso do Arquivo Nacional, tais arquivos não devem se misturar uns aos outros. Nessa situação, o arquivo de cada entidade constituirá o que chamamos, em Arquivologia, de fundo de arquivo.

Certo.

O item apresenta corretamente a definição do princípio da proveniência ou do respeito aos fundos, que dispõe que, quando reunidos em um mesmo local, arquivos de entidades distintas não devem se misturar uns aos outros (entende-se, nesse caso, arquivo como conjunto de documentos de uma entidade). Nessa situação, cada arquivo constituirá um fundo de arquivo distinto. O Arquivo Nacional, utilizado como exemplo, acumula documentos dos diversos órgãos do Poder Executivo Federal, ou seja, diversos fundos arquivísticos distintos (Fundo DPF, Fundo MEC e Fundo Anatel, por exemplo). Note que os documentos permanentes provenientes da DPF, quando ingressam no Arquivo Nacional, devem ser incorporados ao Fundo DPF, que não se misturará ao Fundo Anatel, por exemplo.

116 A gestão de documentos, prevista na legislação arquivística brasileira, compreende o conjunto de atividades arquivísticas que visam o controle dos documentos da instituição, desde a sua criação até a destinação final. A implementação de um programa de gestão documental compreende três fases distintas: a produção, a experimentação e a movimentação.

Errado.

A definição de gestão de documentos está correta. O conceito é apresentado na Lei n. 8.159/1991, em seu artigo 3º. No entanto, um programa de gestão de documentos, de acordo com a bibliografia arquivística, envolve as três fases seguintes: produção, utilização e destinação.

117 A microfilmagem, técnica utilizada por diversos órgãos públicos no Brasil, permite a criação de cópias bastante reduzidas de documentos, em película fotográfica. Tem como grande vantagem a economia de espaço na guarda de documentos temporários, uma vez que permite a eliminação dos documentos originais, sem perda de validade jurídica, o que não é conseguido por meio da digitalização de documentos.

Certo.

O item apresenta corretamente o conceito de microfilmagem, técnica bastante utilizada no serviço público, que apresenta como uma de suas vantagens a possibilidade de se eliminarem os documentos originais, substituindo-os no arquivo por suas cópias microfilma-

das. Essa possibilidade decorre da previsão legal (Lei n. 5.433/1968 e Decreto n. 1.799/1996) de que a cópia em microfilme possui o mesmo valor dos documentos originais, podendo substituí-los com vistas ao ganho de espaço, desde que não apresentem valor histórico.

118 O plano de classificação, instrumento utilizado para a organização dos documentos em um arquivo, é criado a partir do levantamento das atividades da instituição de forma hierarquizada, em que, para cada atividade/assunto, é atribuído um código numérico. Esse código será anotado em cada documento quando de sua entrada na instituição, de forma que a ordenação será feita a partir desses códigos. Para fins de padronização, o plano de classificação arquivístico é comum a todas as instituições públicas brasileiras.

Errado.

O item apresenta corretamente a definição e a aplicabilidade do plano de classificação, instrumento utilizado para a organização dos documentos por códigos de assunto. No entanto, cada instituição terá o seu próprio plano de classificação, uma vez que as atividades/assuntos são distintas entre os diversos órgãos do governo.

119 A preservação pressupõe diversas atividades visando à manutenção da integridade física dos documentos. No caso de documentos em meio digital, recomenda-se a manutenção das mídias digitais em ambientes climatizados, mantendo os documentos nas mídias originais pelo tempo que for necessário. A atualização para outras mídias não é recomendada, pois altera a originalidade dos documentos.

Errado.

A recomendação técnica é a atualização periódica das mídias digitais, à medida em que se tornam obsoletas com o tempo. Documentos em meio digital conservados por longos períodos de tempo exigem diversas atualizações, de forma a garantir a legibilidade da informação.

120 A tabela de temporalidade, instrumento resultante do processo de avaliação documental, define os prazos de guarda e a destinação final dos documentos. A aplicação desse instrumento tem como resultado o ganho de espaço nos arquivos e a economia de recursos na guarda dos documentos. Para os documentos digitais, não há necessidade de aplicação da tabela de temporalidade, uma vez que não ocupam espaço nos arquivos.

Errado.

A tabela de temporalidade deve ser aplicada para todos os documentos da instituição, independentemente do suporte (material) utilizado na confecção dos documentos. Documentos em meio digital também ocupam espaço (nesse caso, espaço digital) e devem estar sujeitos à eliminação, assim como os documentos em suportes tradicionais.
